

LITERATURA E CIDADANIA NO SÉCULO

ENSAIOS

ORGANIZAÇÃO
CLARA ROCHA
HELENA CARVALHÃO BUESCU
ROSA MARIA GOULART

XX

INCM

 **CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
1901 - 2001**
Comissão Nacional
para as Comemorações
do Centenário da República

LITERATURA E CIDADANIA NO SÉCULO

ENSAIOS

ORGANIZAÇÃO
CLARA ROCHA
HELÉNA CARVALHÃO BUESCU
ROSA MARIA GOULART

XX



Impressão Nacional-Casa da Imprensa, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-025 Lisboa

www.ubd.pt
ed@ubd.pt
info@ubd.pt

© Comissão Nacional para as
Comunicações do Conselho da República e
Impressão Nacional-Casa da Imprensa

Título: Literatura e Cidadania no Século XX — Ensaio
Número: 14, VV
Organizadora: Clara Rocha, Helena Carvalhão Buescu
e Rosa Maria Goulart

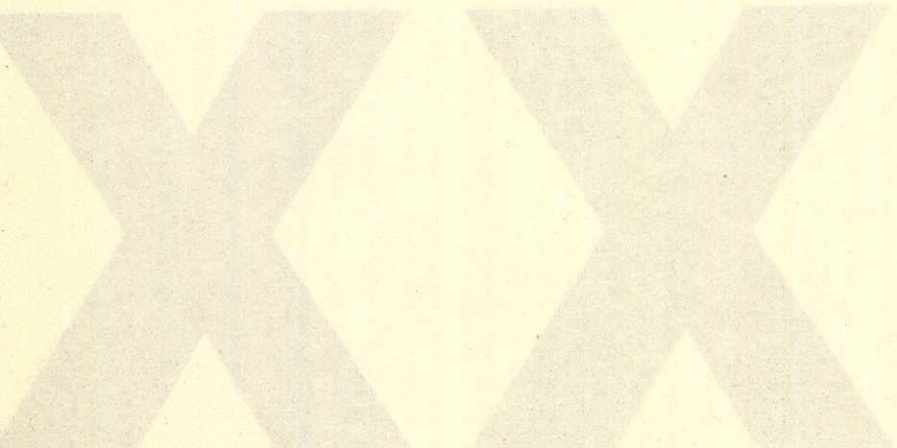
Comissão de Gestão: UBD — União Editorial
Cape, Henrique Cayatte Design
com Susana Cruz

Resumo do texto: Livro de Contos
Título: 140 páginas
1.ª edição: Agosto de 2011

ISBN: 978-972-57-1021-5
Depósito legal: 354 430/11
Edição de: 101807



LITERATURA
E CIDADANIA
NO SÉCULO



Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.incm.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt
livraria.camoes@incm.com.br

© *Comissão Nacional para as
Comemorações do Centenário da República e
Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

Título: Literatura e Cidadania no Século XX — Ensaios

Autores: AA. VV.

Organização: Clara Rocha, Helena Carvalhão Buescu
e Rosa Maria Goulart

Concepção gráfica: UED — Unidade Editorial

Capa: Henrique Cayatte Design
com Susana Cruz

Revisão do texto: Levi Condinho

Tiragem: 1000 exemplares

1.ª edição: Agosto de 2011

ISBN: 978-972-27-1931-5

Depósito legal: 324 430/11

Edição n.º 1018079

LITERATURA E CIDADANIA NO SÉCULO

ENSAIOS

ORGANIZAÇÃO
CLARA ROCHA
HELENA CARVALHÃO BUESCU
ROSA MARIA GOULART

X

X

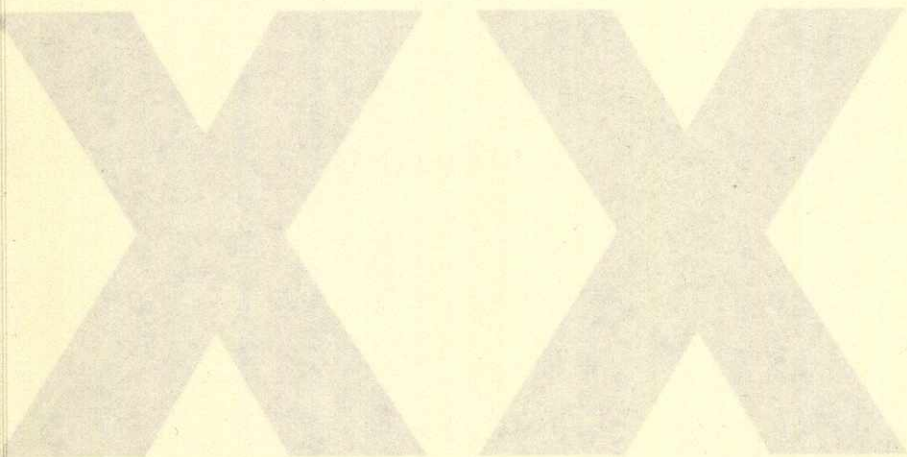


Edição promovida pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República no âmbito do Eixo Nacional de Políticas Culturais, que integra o Programa das Comemorações do Centenário da República.

ENSAIOS

LITERATURA
E CIDADANIA
NO SÉCULO

ORGANIZAÇÃO
CLARA ROCHA
HELENA CARVALHÃO BUESCU
ROSA MARIA GOUJART



Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. de António José de Almeida
1000-062 Lisboa



vivencia@incm.pt
editorial@incm.pt
livros@incm.pt

© Comissão Nacional para as
Comemorações do Centenário da República e
Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Título: Literatura e Cidadania no Século XX — Ensaios
Ano: 2011

Edição promovida pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República no âmbito do Eixo República das Letras, que integra o Programa das Comemorações do Centenário da República.

Impressão: INCM
Tiragem: 1000 exemplares
1.ª edição: Agosto de 2011
ISBN: 978-972-77-8921-5
Deposito legal: 324/2011
Colecção: 121/11



GENEALOGIA DE UMA AUSÊNCIA

I

LITERATURA E CIDADANIA

EDUARDO LOURIVAL

Universidade de Nice

De onde vem esta República que ainda hoje temos como se nunca tivesse a gente visto antes? De onde sempre imprevisível na história naturalmente. Provavelmente, não. Se há história onde durante séculos a Monarquia foi vivida como a expressão política da ordem natural das coisas, foi bem a portuguesa. No passado esqueceu-se que fazíamos parte, nem um Cato de Esparta tentou com Cornélio pantano, ninguém, só há apenas cento e cinquenta anos, se tentou de evocar o paradigma romano da República como remédio ou solução para males de que a monarquia originária seria a responsável. Tanto mais que era esse o modelo universal das outras nações europeias. Mesmo a lenta passagem de uma nova classe, a facção burguesa conquistadora, tão fascinadamente amada por Marx como incomparável agente de destruição da sociedade medieval que assegurava a manutenção à sua orgânica legitimidade, parecia ser compatível com a sua permanência. Como o exemplo de Inglaterra, facção burguesa de revolução liberal no ordenar da economia e das coisas, e demonstrando ainda democracia, mas não se prova que a monarquia medieval sem estar errada, não se prova errada. O mundo de liberdade que permitiu a Inglaterra alcançar o alto estado econômico e a liberdade foi graças a regime monárquico e suas parcerias de que parte. Vagou bem, não apenas o passado e a expressão

SEMENTES, LABUTAS E FRUTOS DE UMA SEARA ALODIAL

JOSÉ CARLOS SEABRA PEREIRA

Universidade de Coimbra

Seara Nova — a revista e o grupo cívico-cultural, as edições e o acervo de textos que assim designamos, bem como o seu legado de presença no espaço público e as linhas de refração da sua influência — é um mito da nossa história política e cultural contemporânea: um *mythos* enquanto acontecimento marcante e pregnante, ao mesmo tempo datado e de configuração indissociável da narrativa que o vai transmitindo e deslocando como «verdade» forte da experiência histórica.

Esse mito e o muito que na sua índole releva peculiarmente do histórico-literário (embora com vinculação placentária à história das ideias e à história da vida política) têm não apenas assinalada descendência, mas também, e antes, assinaláveis genealogia e parentela.

I

1. A matriz desse mito seareiro remete para um potencial fantasmático que, havia meio século, pairava em torno da vida pública portuguesa: o modelo de racionalidade crítica, de moderna cidadania e de demopédia elitária arvorado pela Geração de 70 — ela mesma exemplar como primeira geração programática, isto é, em que as diversas personalidades e tendências

se julgam no dever de comungar de idêntico espírito de missão cívico-cultural e pretendem subordinar a sua criatividade e a sua actividade ao imperativo e privilégio de pensar, promover e conduzir um programa de transformação radical da mentalidade e da sociedade, das instituições e da cidadania, dos horizontes de crença e dos valores éticos e estéticos.

Actualizando a desafortunada tradição dos «estrangeirados», o empenhamento de Antero de Quental e dos seus parciais na apologia da modernidade determina a análise e a proposta de superação da decadência nacional à luz da racionalidade científica e pragmática; e esta, por sua vez, dita uma deslocação do conceito de «decadência nacional», entendida agora já não só, nem sobretudo, como declínio de grandeza pretérita, mas como atraso em relação ao projecto moderno de homem e de sociedade, de saber e de progresso, de emancipação da consciência e de implantação da justiça social.

Esse modelo — em função do qual se havia de gerar a revolução (cultural e social) como revelação do «cristianismo do mundo moderno» e a proudhoniana libertação ética do mundo — tem para Antero e companheiros de ideário um trajecto e um espaço histórico de realização ascensional, desde o Renascimento até à prossecução do legado do Iluminismo; e tem um espaço próprio de realização. Mas, naquele trajecto histórico, Portugal e o império só são considerados como signos de pioneira participação e de trissecular desencontro e depressão; quanto ao espaço de realização da modernidade científico-sociológica, ele está na Europa transpirenaica e não, obviamente, em Portugal.

Esse quadro conceptual e essa perspectiva de análise e de intervenção são depois intermitentemente retomados e contrariados, até ao advento da *Seara Nova*. Todavia, o tópico da idolatria pela modernidade dessa Europa e do complexo de exclusão ou marginalidade de Portugal conhecerá episódios de auto-reflexividade irónica noutra fase posterior da chamada Geração de 70 e, noutras hegemonias geracionais posteriores — tanto reaccionárias como progressistas —, vem a ser frontalmente contestado, em correlação com a primazia de outro

conceito e valor — o de «alma nacional» ou «espírito do Povo-Nação» — e do consequente nacionalismo cultural (e, quase sempre, também político), a dado trecho regurgitando em discurso profético de messianismo lusíada com horizonte de milenarismo universal. Ora, as motivações fundacionais da *Seara Nova* e as suas linhas internas de heterogeneidade, porventura mais patentes nas componentes filosófica e literária do que nas das ideias políticas, económicas, sociais e educativas, não se detectam cabalmente nem se compreendem sem levarmos em conta, além evidentemente dos factores contextuais, quer o peso das infiltrações de toda essa tradição cívica e literária de jacobinismo e de nacionalismo tutelada por Teófilo e favorecida, com matizes, pela aura poética de Guerra Junqueiro e Gomes Leal, quer a afluência do modelo outro de nacionalismo cultural e de profetismo cívico — o da Renascença Portuguesa —, quer o corte com a hegemonia do conceito de *Volkgeist* e com o decorrente nacionalismo que, apesar de Cortesão e de toda aquela afluência, logo na primeira *Seara Nova* cuidam de instaurar Raul Proença e desde 1923 António Sérgio.

2. Sintomaticamente, o intelectual que as imprevistas circunstâncias da vitória da revolução republicana em 1910 catapultarão para a presidência do Governo Provisório é um mal-amado da Geração de 70 que desempenha nas inflexões finisseculares da literatura portuguesa papel fulcral — mas muitas vezes ideologicamente e esteticamente ambíguo. Sem embargo de se erigir em pontífice lusitano do positivismo, Teófilo Braga procede a delongada prossecução do romantismo, na sua quase fundacional e influentíssima empresa de nacionalismo cultural. Este, por seu turno, torna-se nuclear no seu republicanismo, até por lhe permitir ser, como depois o republicanismo de muitos neo-românticos, ideologia de simbiose do projecto emancipalista oriundo das Luzes com o tradicionalismo nacional de inspiração romântica.

Sem interrogar a retórica dos propósitos de progressismo humanitário, Teófilo faz de Portugal o tema permanente da sua sensibilidade e do seu pensamento, à luz desta recomposição

positivista da filosofia herderiana da história: «as nacionalidades», diz por exemplo na *História das Ideias Republicanas em Portugal*:

São produtos orgânicos, naturais, estáticos, independentes das vontades individuais, formam-se pelo condicionalismo mesológico e pelo determinismo étnico, da mesma forma que os seus produtos internos, como línguas, religiões, instituições sociais, arte, direito, moral e outras manifestações da colectividade humana, que colaboram na diferenciação e agregação nacional. [Braga, 1880.]

Teófilo alimenta, então, o mito da orgânica *espontaneidade cultural* e, por consequência, insere as suas teses históricas e sociológicas, culturais e literárias nas derivações dessa criatividade do *Volksggeist*.

Entre as comemorações pró-republicanas do Tricentenário de Camões e o termo do século XIX são já detectáveis sinais de evolução contrastiva do patriotismo cívico (que, vindo do liberalismo garretiano, será legado pela facção anteriana de 70 à linha que na Renascença Portuguesa e na *Seara Nova* conduzirão Proença e Sérgio) e do nacionalismo messiânico (que, vindo de certo tradicionalismo romântico, será legado pela facção teofiliana à linha que na Renascença Portuguesa, além de Pascoaes e Leonardo, conduzirão Cortesão e Casimiro e que estes «saudosistas da acção» ainda inocularão mitigadamente na *Seara Nova*).

Por um lado, em posição de destaque naquela estratégia centenária, Latino Coelho discernia e defendia que «fizemos a epopeia sublime, traduzida pelo Camões na divina linguagem do seu estro; façamos hoje a epopeia mais modesta da liberdade, da ciência e do trabalho» (Latino Coelho, 1880); e na paradigmática *plaquette* colectiva *Portugal a Camões* (aos olhos de hoje tornada tão relevante por acolher a insólita obra-prima «O Sentimento dum Ocidental» do então subestimado Cesário Verde), Adolfo Coelho baixava a fasquia do alcance indutor das

comemorações, concluindo com uma espécie de denúncia sergiana *avant la lettre* dos profetismos lusíadas:

A obra de Camões é o testamento histórico da nossa nacionalidade; essa é a sua verdadeira significação. Re-temperemo-nos nela, não para sonharmos que podemos ter ainda qualquer grande iniciativa na obra da civilização, mas para reflectirmos em nós os grandes movimentos das ideias e dos factos das nações-chefes. [Adolfo Coelho, 1880.]

Derivação bem oposta surgirá pela voz de Guerra Junqueiro logo na década seguinte, fazendo reverter em favor de novo messianismo lusíada o profetismo universalista que Sampaio Bruno desentranhara da original exploração da simbologia do Encoberto. De facto, para Bruno esse herói «não é um príncipe predestinado. Não é mesmo um povo. É o Homem», isto é, o ser «problemático» e decaído mas vocacionado para o progresso moral, agente insubstituível da evolução ascencional e palin- genésica; e, situando-se explicitamente na descendência de Novalis, Bruno crê que assim o Homem se libertará e libertará a Natureza até à plenitude da Consciência, no regresso à unidade primordial do espírito puro (Bruno, 1902, 418-443). Ora, Guerra Junqueiro procede a uma translação nacionalista dessa prognose antropológica e historiosófica; e abre caminho para o messianismo lusíada de que Pascoaes se fará paladino e que, depois de modulado pela poesia neo-romântica saudosista, se tornará na *Mensagem* pessoana pelo menos um dos vectores semântico-pragmáticos sorelianos. Na intervenção cívico-cultural de Guerra Junqueiro (e na hetero-representação do mito junqueiriano que vários sectores difundirão) passará a integrar-se a pioneira visão que desde 1893 dá a conhecer (em discurso para ágape luso-espanhol de correligionários republicanos) sobre o advento de uma era eudemónica para toda a humanidade e da missão bandeirante que, pela segunda vez na história, caberia ao povo português:

Um mundo agoniza, adivinhando-se na penumbra a gestação atormentada do mundo novo que há-de vir.

[...] A ciência vai convergir, em último termo, numa grande síntese religiosa, e a paz no mundo e a ordem na humanidade serão definitivamente implantadas, não pelas cifras dos economistas, não pelas revoltas da anarquia, mas sim pelos heróis e pelos santos dessa nova e soberana igreja universal. [...] E é para esta fase da história humana que eu creio firmemente na ressurreição necessária e providencial do génio idealista da Península, cabendo ainda porventura à mesma raça que unificou o globo [...] um papel preponderante na unificação suprema [...] das consciências e dos espíritos. [Junheiro, 1924, 102-103.]

3. Como veremos, o equilíbrio precário entre os dois vectores herdados da Geração programática de 70 preside ainda aos desígnios fundadores da Renascença Portuguesa e d'A *Águia*, tal como Jaime Cortesão os define: dar à revolução republicana um «conteúdo renovador e fecundo» mas na fidelidade à «alma portuguesa», «ao espírito nacional», associando o profetismo messiânico do «génio da Raça, tornado Consciência e Acção» e a pedagogia crítica «com espírito sistematizador, orientação filosófica, conhecimento do meio». Mas ao longo da vida da Renascença Portuguesa e d'A *Águia* manifesta-se a dissociação do conceito de progresso desejável para Portugal (visionário e refontalizante para uns, intelectualista e pragmático para outros) e a bifurcação dos caminhos (milénarista para uns, socio-económico para outros) para ultrapassar a decadência nacional em vista do horizonte das Novas Índias da justiça universal. Lavra então a respectiva dissidência entre o grupo do messianismo lusíada (em parte ausente, em parte secundarizado na *Seara Nova*) e o grupo do racionalismo crítico-pragmático (secundarizado n'A *Águia* e cedo hegemónico na *Seara Nova*). Aliás, com o prolongamento da vida da *Seara Nova* em resistência cívico-cultural ao Estado Novo, evidenciar-se-ão múltiplas derivações dessa dissidência, que a dada altura António Sérgio tenderá a avolumar retrospectivamente em «dois sectores sociais antagónicos», atribuindo ao «ramo anti-intelectualista (Leonardo Coimbra, Pascoaes, etc.)» a inspiração de «um

actual sector de tendência católica, conservadora, neo-escolástica, fascistóide, nacionalista, tradicionalista, acreditando num génio incontrastável da Raça», e ao «ramo intelectualista da Renascença» a linhagem da sua «efémera revista *Pela Grei*, onde se reflectiu um espírito de livre pensamento, de universalismo, de humanismo crítico, de amor da Liberdade intelectual e cívica, de democracia política e social».

Mas antes disso importa não desconhecer certo lastro primonovecentista de militância cultural e de «literatura de intuitos» que há-de interferir no projecto seareiro, embora este só se realize depois de os seus três primaciais agentes (Cortesão, Proença e Sérgio) terem descolado, por caminhos e modos diferentes, dos paradigmas mental e estético que as hostes humanitaristas haviam herdado da tradição progressista de Oitocentos (o positivismo e o cientismo, com o monismo haeckeliano a sobrepor-se ao sistema comtiano e a contaminar-se com pretensas apropriações dos vitalismos e voluntarismos de tipo nietzschiano; a literatura naturalista e, sobretudo, a poesia de eloquência tribunícia ou sentimental, de sátira ou compaixão social...), e depois de terem abjurado os ídolos que pontificavam nesses paradigmas (Teófilo Braga e Guerra Junqueiro).

No momento intercalar que a literatura e a cultura portuguesas vivem na viragem do século, e em contraste com o magma de defluxo programático, de hesitação de rumos, de envolvência ecléctica e oscilante dos epigonismos oitocentistas em regime de banalização artística — que, antes da *Ilustração Portuguesa* e dos *Serões*, o magazine *A Ilustração Moderna* exemplifica entre 1900 e 1903 —, o primeiro periódico novecentista que de algum modo abre a linhagem em que se virá inscrever a *Seara Nova* é a *Revista Nova* (Lisboa, Abril 1901-Janeiro 1902). Alargando e reforçando as realizações literárias e críticas da coimbrã *Gazeta Ilustrada* — revista semanal de vulgarização científica, artística e literária — e do semanário *Resistência*, a *Revista Nova* leva por diante o projecto de crítica contundente às situações prevalecentes e aos compromissos emergentes na inércia do campo literário.

Corresponde, todavia, a mais ambiciosa dinâmica de grupo. De facto, depressa coadjuvado por nomes já conhecidos (M. Tei-

xeira-Gomes, Raul Brandão, um renovado Afonso Lopes Vieira, um equivocado Fausto Guedes Teixeira, às vezes João Lúcio, Coelho de Carvalho, Angelina Vidal, Heliodoro Salgado, transitoriamente João Grave, etc.), começa então a afirmar-se um grupo de jovens escritores, divididos entre a poesia, a ficção narrativa e o teatro, entre a crítica de arte, o moralismo laico e a intervenção social: João de Barros e António Patrício, Nunes Claro e Sílvio Rebelo, Manuel Laranjeira e Ernesto da Silva, Mayer Garção e Tomás da Fonseca, Joaquim Manso e Câmara Reys, João de Deus Ramos e Dias d'Oliveira, César Porto e Afonso Gaio, Campos Lima e Fernando Reis, Lopes d'Oliveira e Álvaro de Castro (com cujo destino político tão relevantemente se cruzarão os caminhos do grupo *Seara Nova*), José Augusto de Castro e Vaz Passos, Eduardo Perez e Carlos Olavo, Manuel Cardia e Costa Carneiro, Cristiano de Carvalho e Roque Gameiro (e, transitoriamente, Alfredo Pimenta, Manuel Ribeiro e Henrique Trindade Coelho, mais tarde entregues a grandes reconversões ideológicas).

Repartindo-se embora por Lisboa e Coimbra e, menos, pelo Porto, a maioria desse grupo promissor participará durante algum tempo no cenáculo Clária da lisboeta Rua de São Marçal, colaborará assiduamente em jornais como *O Mundo* ou *O Norte*, e trará a público, além da *Revista Nova*, a 2.^a e a 3.^a séries da revista lisboeta *Mocidade* e sobretudo a revista *Arte & Vida* (Coimbra, Novembro de 1904-Fevereiro de 1906). Os livros, panfletos e *plaquettes* que publicam ao longo do primeiro decénio do século XX revelam a comum formação de uma sensibilidade racional encandeada pela ideia de *vida*, tal como a sintonia de propósitos: renovação educativa e política, sob signo progressista — indo de posições liberais a outras socializantes, ou de posições jacobinas a outras anarquizantes, mas em geral convergindo no republicanismo e no anticlericalismo —, e renovação literária sob signo neo-romântico, de feição emancipalista e vitalista. Era, dirá mais tarde João de Barros — paladino poético, pedagógico e jornalístico da «moral da energia», que terá lugar cativo nas páginas da *Seara Nova*, tal como os fundadores Raul Brandão e Câmara Reys e outros companheiros como Tomás da Fonseca e Mayer Garção —, uma juven-

tude que começara a assimilar ensinamentos de força e de audácia nos dramas de Ibsen e no «lirismo filosófico» de Nietzsche, «muito apreciados nessa época pelos influxos de dinamismo espiritual».

Nas margens deste sector, publicações como a *Revista Livre* ou a *Nova Aurora* iam veiculando, por entre recaídas de sentimentalidade moralista, o mesmo tipo de poesia militante do neo-romantismo vitalista e emancipalista. Mas radicalizavam, sob o seu espírito libertário, a simbiose da cosmovisão naturista e da emancipação social, a um tempo regulada por uma ética da autenticidade e por uma erótica hedonista, pela antropologia instintivista e pela generosidade política. Eis um fenómeno que conhecerá metamorfoses noutras episódios do caminho para a Renascença Portuguesa e depois para a *Seara Nova*, enquanto aquela corrente vitalista — de energias dispersas após a implantação da República, em parte por ocupação dos seus protagonistas em funções políticas e administrativas do novo regime — se deixa subalternizar, mas mantém descontinua participação em periódicos de outras correntes neo-românticas e tenta mesmo, ainda sob a liderança de João de Barros, um reagrupamento em torno da revista luso-brasílica *Atlântida* (1915-1920).

4. Sinais de percepção grupal de que uma nova literatura poderia partir do mesmo campo de indignação social, de irridência política e de progressismo mental sem abdicar de uma atitude de crítica refontalizante e de superação totalizante perante a modernidade urbano-industrial e a ideologia cientista, perante o agnosticismo positivista e o jacobinismo político, tornam-se notórios com o advento da *Nova Silva* que em 1907 Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão e Álvaro Pinto lançam no Porto — depurando o que, em conluio com João de Barros e Vaz Passos, Alfredo Pimenta e Ângelo Jorge, vinham difundindo no semanário *A Vida*, onde o espírito acrata bafejava as suas intervenções doutrinárias, polémicas e poéticas. Com efeito, é na revista ilustrada *Nova Silva* que se esboça a busca de uma síntese neo-romântica (ainda que destinada a quedar-se, uma e outra vez, pelo sincretismo), quando o protesto e a utopia socio-

políticas se extremam, mas exigem integrar-se, enquanto «fogo de amor», no «impulso libertário do Universo», ou quando se canta sem inibições «o poder da carne reveladora» num erotismo sublime que é indiscernivelmente «Amor místico», ou quando se deixar intuir que «o seu olhar para o Futuro» se ergue pela recognição da «unidade original e eterna».

Uma forte componente de intervenção e de divulgação doutrinária com índole acrata emerge nas considerações iniciais de Leonardo Coimbra, sobre a contraposição de «O homem livre e o homem legal», e de Álvaro Pinto, sobre a almejada «Palingenesia social», e daí irradia para sucessivos artigos de crítica às instituições familiares e educativas. Coonestando-a literariamente por lugares selectos da poesia militante de Antero de Quental e de Gomes Leal, a *Nova Silva* não descurava o espaço da congénita criação lírica.

Experiência efémera, a *Nova Silva* verá quase todo o corpo de colaboradores e quase todo o quadro de intenções transitar para o *magazine* portuense *Ilustração Popular* (1908-1909), num projecto que ao mesmo tempo os obriga a coabitarem com mais heterogéneas tendências estético-ideológicas e com mais concessivas funções institucionais em ordem à integração social do magma neo-romântico. Mas já garantira o valor de referência para certo espírito acrata que subsistirá, intercadente, na carreira inicial do grupo da *Seara Nova* — não como realização política da tentação sediciosa (sem embargo dos pontos de vista anarco-sindicalistas que Emílio Costa defenderá), mas como exigência de um horizonte de radical liberdade de pensamento e de autodeterminação.

5. Lançada no Porto logo após a implantação da República, como «revista quinzenal ilustrada de literatura e crítica», *A Águia* tornou-se a principal publicação intelectual portuguesa, até ao aparecimento da *Seara Nova*. Se levarmos em conta as injunções do peculiar contexto político-social e cultural, podemos dizer que logo nos dez números da 1.^a série (Dezembro de 1910-Julho de 1911, direcção de Álvaro Pinto), anterior portanto à formação da Renascença Portuguesa, *A Águia* se perfila como antecedente da *Seara Nova*, pois, ainda sem pro-

gramática subordinação ao movimento saudosista, afirma-se então como revista de criação e reflexão invulgarmente apostada — desde o sintomático pórtico de um lúcido e combativo suicida (Manuel Laranjeira, «Os homens superiores na selecção social») — num programa de sinergia social conduzido por uma elite intelectual.

Não deixa de ser assinalável que a hoste jacobino-vitalista tenha ímpeto ainda para marcar presença, desde que um dos seus membros mais animosos, José Augusto de Castro, faz derivar militantes estrofes (em favor de «A Comunhão dos Povos») da imagem emblemática da revista: «Águia: — Alma, — és o Sonho imaculado e grande.» Todavia, a recepção das plurais opções culturais e simbólicas do neo-romantismo fica sobre-determinada por especificações de tom e de sentido que aportam prosas doutrinárias, ou críticas, ou mitogenésicas, de Pascoaes, de Leonardo e de Jaime Cortesão — de acordo com uma mundividência e uma poética que haveriam de afastar os rumos seareiros dos caminhos renascentes.

A propósito da defesa de «Justiça social» para «Os lavradores caseiros», Pascoaes mobiliza a simbólica sacra da sua poesia na defesa de concepções políticas fiéis ao *Volksgeist* — «aquela Alma excepcional, instintivamente naturalista e rústica, que criou a Saudade, promessa duma nova *Civilização Lusitana*». Depois, na morte de Tolstoi e num louvor de Victor Hugo, Pascoaes digredia para o horizonte de crença gnoseológico e antropológico que enquadra aquela poética do *Volksgeist* e em que os grandes criadores do Verbo são os reveladores da Verdade («Aquilo em que se acredita!») e personificam «o Animal transcendente» à conquista do «Reino Espiritual, onde o Universo encontra a sua última perfeição». Mas para Pascoaes tudo isso se actualiza no binómio místico-naturalista, com «a alegria do prazer animal satisfeito, a verde alegria terrestre, tão ingénuo e pura como a alegria da alma religiosa depois de orar, porque estas duas alegrias são da Natureza; e, fundidas numa só, constituem a *alegria de viver*».

Também Leonardo Coimbra cuidava de oferecer «Aos Poetas portugueses religiosos», sob a forma filosófica de «Uma Monadologia», «a harmonização complementar da ciência e da

arte numa moral cósmica ou religião» — «O Universo é uma sociedade de consciências que se buscam e se ignoram» —, e que julga «o postulado consciente ou inconsciente de toda a obra de arte, e em especial da poesia». Leonardo pudera preludiar tal ontocosmologia por uma prosa poetizante que fazia comparecer o imaginário dramático, contrapolar mas afectuoso, da lírica saudosista. Por outro lado, só a concepção do Poeta inspirado e a revalorização da índole sortílega da Palavra viabilizam — agonicamente e etereamente — a actualização destes potenciais humano e nacional.

Possesso sacral, também o «Poeta» de Jaime Cortesão surgia assim visionado como grande adunador cósmico: «meu ser comunga o ritmo dos astros, atravessa-o um arrepio de Infinito e Eternidade, e embebido, encharcado, diluído num luar de sonho, sinto afluír à minha boca numa aluvião tempestuosa de gritos, vozes e hinos formidáveis, todas as vidas do Universo». Decantador dionisíaco das mais profundas experiências e aspirações humanas, o Poeta libra-as depois em dimensão profética e vocação de Absoluto: «Poeta é o que faz dentro de si as novas experiências do Amor e do Mistério, para depois trazer ao Mundo uma mais alta verdade.» Também Leonardo Coimbra não desperdiça outra oportunidade para frisar que o lirismo deverá nobilitar-se num alcance de representatividade nacional («Na obra de Camões temos a alma lusitana») e de construção do futuro humano. Assim Leonardo antecipava o tópico das «Novas Índias» que se tornará fulcral na emergente poesia saudosista e que, sobretudo através de Augusto Casimiro, ainda lançará oscilantes pontes para o espaço de práticas simbólicas da *Seara Nova*.

Entretanto, na primeira *A Águia* a criação literária e em especial a poesia (Pascoaes, Cortesão, Casimiro, Afonso Duarte, Mário Beirão) distinguíam-se por uma profusão e uma qualidade (adentro dos padrões neo-românticos que eram os seus) que depois a *Seara Nova* raramente quis ou atingiu. Enquanto Afonso Lopes Vieira se desvia para a sua esteticista arqueologia dos mitos afectivos nacionais e o já não menos lusitanista António Corrêa d'Oliveira procura em vão corresponder à aura em que o envolvia o nascente movimento saudosista, também

de neo-romantismo ambíguo se mostram os sonetos mais sub-
tis de António Patrício; e a dominante lírica saudosista atraía
para idêntica perspectiva de leitura o idealismo poético de
António Sérgio (*malgré lui...*) e, decerto de bom grado, o ante-
riano Carlos de Lemos, o polifacetado Manuel Eugénio Massa
e o mais previsível M. Cardoso Martha.

6. A gestação da Renascença Portuguesa em torno da ex-
periência da primeira *A Águia* e a sua constituição por um
agrupamento republicano que se dava por missão concretizar
as melhores aspirações do novo regime parecem antecipar o
que se verificará na génese da *Seara Nova*. Mas a obra cívica e
cultural dos poetas e intelectuais que aí se congregam, crenes
numa realização espiritualista, antipositivista e antijacobina, do
regime republicano, cedo se quis obra visionária, movida por
um profetismo de redenção cósmica e de utopia social e tribu-
tária de um messianismo lusíada — logo, com pressupostos,
intuitos e modos que a breve trecho suscitariam a dissidência
proto-seareira do intelectualismo pragmático e cosmopolita de
R. Proença, de A. Sérgio e de L. Câmara Reys. Colocada a
missão ecuménica do espírito lusíada como horizonte de reali-
zação da Renascença Portuguesa, o movimento saudosista
hegemoniza-a em nome da esperança «numa vida lusitana e
humana superior» — forma superior de neo-sebastianismo, en-
quanto mito cultural soreliano, galvanizante de lúcidas ener-
gias colectivas. O renascimento nacional pelo regresso à «*reali-
dade essencial* da grei» há-de propiciar que a alma portuguesa
se torne «facho civilizador para os demais povos»; reanimadas
as qualidades primordiais da Raça, o espírito lusíada «abrirá
na História uma nova Era» — os tempos do «novo mundo es-
piritual» por que ansiaria a «nossa pobre vida moderna».

6.1. Com a 2.^a série, e em especial com os seus primeiros
60 números, sob a direcção literária de Teixeira de Pascoaes,
A Águia conhece a sua fase mais característica, apresentando-
se como órgão mensal da sociedade cultural e editorial «Re-
nascença Portuguesa», em conjugação com o papel menos es-
peculativo e mais aplicado d'*A Vida Portuguesa* e também com

as diversificadas edições de livros e folhetos, com os ciclos de lições, conferências e concertos da(s) Universidade(s) Popular(es). Sob a direcção literária de Pascoaes, secundado na direcção artística por António Carneiro e na direcção científica por José de Magalhães, *A Águia* comporta então, como mais tarde a *Seara Nova*, secções de literatura e de arte, mas também de ciência e filosofia, de crítica social, de notas e comentários, de «bibliografia» em recensões, ainda secção sobre «Portugal no estrangeiro» e por vezes secção brasileira.

Nos anos fulgurantes, que decorrem até à campanha da beligerância, a intervenção cívico-cultural d'*A Águia* traduziu-se em intenso e substancial debate de questões educativas, no âmbito projectivo e integrativo de uma *paideia* lusíada e, portanto, das suas implicações científicas e económicas, sociais e políticas, filosóficas e religiosas. Contrapondo o idealismo intuicionista ou gnóstico ao racionalismo crítico e sociológico, a linha preponderante reflectia o complexo de motivações e propostas do pensamento mitogénésico e do profetismo galvanizante que Pascoaes propugnava sob a designação de saudosismo e que Jaime Cortesão, porta-voz eloquente da dinâmica colectiva, tinha por «legítimo, próprio, original e fecundo à luz de um critério histórico e filosófico» (Cortesão, 1912, 119). Quanto à genealogia de mestres de pensamento e quanto ao cânone literário, num quadro de opções que a *Seara Nova* em boa parte alterará ou desautorizará peremptoriamente, *A Águia* colocava a sua dinâmica saudosista sob a égide de Sampaio Bruno, do último Junqueiro, do Raul Brandão expressionista e, com restrições, de Teófilo Braga — todos eles seus colaboradores, afinal; e venerava identicamente Camilo, Antero e António Nobre. É, pois, sob o signo do movimento saudosista que — paralelamente aos escritos dos filósofos Leonardo Coimbra e Teixeira Rego, do etnógrafo Virgílio Correia, do arqueólogo e antropólogo Mendes Correia, do filólogo A. A. Cortesão — surge o melhor da abundante produção crítica e da criação literária d'*A Águia*: sobretudo poesia neo-romântica saudosista, mas também ficção narrativa de pendor expressionista e digressão de pendor impressionista, em que se destacam Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão e Augusto Casimiro,

Raul Brandão e Vila Moura, Cândido Guerreiro e António Cobeira, Mário Beirão e Afonso Duarte, Aires Torres e Anrique Paço d'Arcos, António de Sousa e Álvaro de Moraes, etc. Numa concessão que a *Seara Nova* não evitará de todo mas restringirá, *A Águia* solicita ou acolhe, em torno daqueles escritores saudosistas, a colaboração de poetas e prosadores remanescentes do fim-de-século (Gomes Leal, Jaime de Magalhães Lima, Manuel da Silva Gaio, Eugénio de Castro, Alberto Osório de Castro, João Lúcio, Augusto Gil, Carlos de Lemos, Júlio Brandão, Antero de Figueiredo, etc.) e de outros contemporâneos, também neo-românticos, mas ora de tendência oscilante — o excelente António Patrício e os promissores Américo Durão e Manuel Eugénio Massa, os incertos Alfredo Brochado e Joaquim de Almeara, Veiga Simões e Carlos Parreira, etc. —, ora de tendência divergente — de uma banda, os vitalistas e emancipalistas João de Barros e Bernardo de Passos, Tomás da Fonseca e José Augusto de Castro, etc., e, de outra banda, os tradicionalistas e lusitanistas Afonso Lopes Vieira e António Corrêa d'Oliveira, A. Alves Martins e Carlos Lobo de Oliveira, etc.

É em intencional espírito de colaboração com os objectivos fundacionais d'*A Águia* e com as perspectivas potenciais da Renascença Portuguesa, mas depressa em confronto com o ideário saudosista, que participam os que — não sem Jaime Cortesão, recorde-se — constituirão o núcleo propulsor e mentor da *Seara Nova* — Raul Proença, António Sérgio e, menos, Câmara Reys. Revelaram-se marcantes, se não decisivos, os dissídios liminares com Raul Proença e sua proposta de Manifesto programático, tal como a dilatada e percuciente polémica travada por António Sérgio com Pascoaes (n.ºs 10, 12, 16, 22, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 da série II) — irreversível separar de águas ideológicas, mas que nunca impedirá A. Sérgio de, sempre reagindo contra «um nacionalismo estético-psicológico-político», enaltecer empaticamente — e até em soneto! («Bendito o canto teu, porque desperta / Essa visão de uma alma já liberta / Das cadeias da luta e da miséria, // E ao Paraíso ao cabo regressada, / Porque viu, ao fulgor da Vida Etérea, / Que as pessoas são tudo, e as coisas nada!») — um bardo que tão bem identifica como «talvez o mais romântico de todos os escrito-

res portuguesas na modalidade mais nórdica que o alto romantismo assumiu»... sem taxar pessoalmente o entusiasmo pré-modernista do «eloquentíssimo poeta» como sofrendo «de pouca arte».

Além disso, se na *Seara Nova* se dialogará com o movimento presencista e se publicarão textos dos seus principais responsáveis, sem nunca se rasurar os grumos de parcial inidentificação com o Segundo Modernismo e com aquele seu núcleo doutrinário e criativo (como exemplificará em 1932 a polémica entre o Gaspar Simões de *O Mistério da Poesia* e o Sérgio de «Razão e poesia, razão e mística»), n' *A Águia*, antes de a sua 4.^a série acolher, na senda aliás da evolução de António de Sousa, a colaboração dos presencistas Casais Monteiro e José Régio, J. Gaspar Simões e Branquinho da Fonseca, já a sua fase mais característica tinha potenciado — inadvertidamente ou *à contre-coeur*, é certo — que nas confrontações com a estética saudosista se fossem definindo as poéticas modernistas de Sá-Carneiro (colaborador como novelista) e da Fernando Pessoa (que n' *A Águia* publica ensaios seminais e «Na floresta do alheamento»).

6.2. Não tem sido suficientemente evidenciada a importância específica d' *A Vida Portuguesa* (1912-1915), boletim de «Inquérito à vida nacional» da Renascença que não só desdobrou a influência d' *A Águia* mas a complementou com diferenciada realização, insuspeitadamente proto-seareira. Tendo por director alguém que vai ser justamente o primeiro grande animador da *Seara Nova* — Jaime Cortesão — e que infatigavelmente a conduz nos desígnios fundacionais de análise da situação social portuguesa «sob o quádruplo aspecto do problema religioso, pedagógico, económico e social» e de tentar «resolvê-lo, em harmonia com o espírito moderno», *A Vida Portuguesa* abunda em textos relevantes na difusão de aspectos proto-seareiros da actividade da Renascença Portuguesa — em especial os muitos textos de Cortesão e da Redacção sobre os pólos e os cursos da Universidade Popular ou os de vulgarização científica a cargo de António Correia de Sousa, mas também os artigos de Leonardo Coimbra e de Augusto Martins sobre educação ou os de Albano de Sousa e de Álvaro Pinto sobre questões económicas.

Como lances dialécticos a caminho da *Seara Nova*, destacam-se nesse periódico: primeiro (1912-1913), o debate que, a propósito da oportunidade de acções comemorativas de heróis e efemérides dos Descobrimentos portugueses, torna patente o confronto entre a teleologia «actualista» do racionalismo pragmático de Sérgio e o enraizamento historicista e genuinamente lusíada do humanismo universalista de Cortesão; e, depois (1914), a diferida publicação dos contrastantes manifestos da Renascença Portuguesa elaborados em 1911, mas não dados a conhecer no lançamento da associação cívico-cultural, visto nenhum deles recolher o consenso dos principais promotores — o de Pascoaes, «Ao Povo Português. A Renascença Lusitana», deparando com a discordância de Proença e de Sérgio, e o de Proença, «Ao Povo. A Renascença Portuguesa», embatendo na oposição de Pascoaes e Cortesão, de Leonardo e Álvaro Pinto.

Esse gesto documental não fazia só memória de propostas cívico-culturais que conjunturalmente se tinham julgado projectos coincidentes e que n'*A Águia* se vinham a reconhecer concepções divergentes. Embora na precedente discussão se tivessem já extremado as premissas e perspectivas, até ao ponto de Sérgio se permitir o desabafo «Só alcançaremos um viver decente quando atirmos completamente ao diabo o Historismo e o Saudosismo», a posterior decisão de trazer a público os dois textos programáticos testemunhava a persistência de uma dialéctica vontade de compartilhar na acção intelectual contra os mesmos bonzos políticos e culturais, contra idênticos vícios de mentalidade e de sensibilidade, contra os mesmos facciosismos jacobinos e os mesmos interesses plutocráticos, e em favor de uma comum prossecução exigente dos ideais de justo desenvolvimento social no quadro da República demoliberal.

II

1. Não é despiciendo para a compreensão dos rumos seguidos pela *Seara Nova* conhecer os pontos mais importantes do trajecto que até ela fizeram os seus principais responsáveis.

1.1. Na trajectória do jovem Jaime Cortesão a caminho da *Seara Nova* ressalta a adesão a uma mundividência de evolucionismo idealista, a uma antropologia espiritualista (sem dependência de escatologia transcendente), a um projecto moral de acção benigna no quadro de uma ética sem prémio nem sanção, à especulação epistemológica e estética cedo (na tese *A Arte e a Medicina — Antero de Quental e Sousa Martins*) conducente a uma concepção antideterminista da criação artística e a uma defesa quase pioneira da inteligibilidade imanente ao universo de sentido e mistério de cada obra de arte, a uma poética neo-romântica de ternura sensível e de sonho eficiente — em tudo lembrando o Guyau que alguns julgariam homenageado na escolha do nome maçónico. Ao mesmo tempo avulta a profusa criação lírica (por vezes de tensão heróica, se não de atitude épica) cantando «a vida intensiva e expansiva» e buscando uma nova bucólica e uma nova erótica na feição pessoal dada a vectores decisivos do neo-romantismo saudosista (dinamismo cosmológico, sincretismo ôntico, aventura espiritual...), e a assombrosa produção ensaística, historiográfica e crítica, congruentemente estruturada por idêntica convergência do legado de Guyau com o franciscanismo (promoção do cosmos pela *pietas* e pela *caritas*, simbiose com a libertação da candura ôntica, indiscernível da valorização saudosista da condição infantil, aferição e rectificação gnoseológica e ética do homem de acordo com a natureza, influxo decisivo do magistério de São Francisco e do exemplo dos seus *fraticelli* e das ousadias dos «irmãos espirituais» na «mística dos Descobrimentos»). Enfim — antes e depois do advento da *Seara Nova*, antes e depois do Estado Novo — Cortesão distingue-se pela posição anti-reduzora que não abdica de conciliar liberdade e portugalidade contra maniqueísmos de todos os quadrantes.

Com o período desencadeado pela Grande Guerra, veio a direcção do «diário democrático» *O Norte*, no qual colabora Raul Proença, e a campanha em prol da beligerância de Portugal, a redacção de uma *Cartilha do Povo* a fim de tornar a mobilização para a Grande Guerra compreensível aos soldados e motivadora para o cidadão comum, a corajosa participação no *Front* como médico voluntário e capitão miliciano que, ga-

seado, recebe a Cruz de Guerra, o combate político nas crises da República democrática (desde a Junta Revolucionária do Porto, em 1915, contra a ditadura de Pimenta de Castro, até à União Cívica de 1923, passando pelo encarceramento como conspirador anti-sidonista). Esse intelectual combativo é o mesmo que nos inícios da terceira década do século entra para a Academia de Ciências de Lisboa e que, inquietando-se patrioticamente com a situação da África portuguesa, se pronuncia com conhecimento de causa sobre a problemática do seu desenvolvimento integrado. Não admira que, entre o declínio da Renascença Portuguesa e o advento da *Seara Nova*, quando o movimento saudosista se vê eclipsado no segundo grande Inquérito Literário do século XX — conduzido por Álvaro Maia no *Diário de Notícias* —, Jaime Cortesão seja excepcionalmente convidado a depor e o faça para, em contexto de preia-mar do regionalismo e do nacionalismo integral, manter a apologia do «sentido universalista», na sua optimista avaliação da «era nova da humanidade» aberta pela Guerra e da «era neocamoniana» que postulava na literatura portuguesa.

Destaca-se então na direcção da Biblioteca Nacional, chamando já Raul Proença à mais estreita colaboração; e anima o chamado Grupo da Biblioteca, no qual congrega, em autêntica e fecunda concórdia intelectual, um escol de pensadores, eruditos e escritores de diferentes orientações ideológicas. Num contexto em que a geração positivista do republicanismo cedia terreno num espaço público cada vez mais assediado pelo tradicionalismo integralista e pelo anarco-sindicalismo ou por iniciativas matizadamente contra-revolucionárias como a Cruzada Nun'Álvares, e tendo entretanto o projecto da Renascença Portuguesa perdido fulgor, o Grupo da Biblioteca mais se evidencia como centro de poder cultural com potencial intervenção política. Com efeito, pelo gabinete de Jaime Cortesão passavam três núcleos diferenciados do chamado «Grupo da Biblioteca»: o dos «avançados» anarco-sindicalistas, encabeçado pelo técnico tipográfico Alexandre Vieira; outro, mais vasto e politicamente heterogéneo, congregando nomes sonantes da literatura, das artes e da ciência (Afonso Lopes Vieira e Agostinho de Campos, Raul Brandão e Pascoaes, Francisco de La-

cerda e Viana da Mota, António Arroio e Raul Lino, José de Figueiredo e Reinaldo dos Santos, José Leite de Vasconcelos e José Maria Rodrigues, Quirino de Jesus e Silva Teles, etc.), de onde derivaria em 1924 a *Lusitânia* — *Revista de Estudos Portugueses* e boa parte dos colaboradores de Raul Proença no *Guia de Portugal*; finalmente, o núcleo de colaboradores mais directos de Cortesão e Proença na Biblioteca e de outros «intelectuais políticos» de republicanismo proto-seareiro: Aquilino Ribeiro e David Ferreira, Faria de Vasconcelos e Ferreira de Macedo, Câmara Reys e Azevedo Gomes, etc. Neste último núcleo forjará Cortesão a decisão grupal de fundar uma «revista de doutrina e crítica» e organizar uma secção editorial, com base comercial numa empresa de publicidade — todas sob a designação *Seara* (sugestão de Aquilino) *Nova* (sugestão de Câmara Reys).

A desenganada visão das condições políticas na viragem para os anos 20 leva Jaime Cortesão a desvincular-se do PRP/Partido Democrático, para passar a intervir como independente. Daí decorre, com a União Cívica de permeio, a evidenciação no núcleo promotor da *Seara Nova* e a tentativa de absorver nela a Renascença Portuguesa ou pelo menos de com ela concertar uma acção ainda cultural mas agora mais política no espaço público. Sem evolução das convicções filosóficas e literárias, nem dos valores cívico-culturais, mas com alteração da escala de prioridades na crise global dos parâmetros oitocentistas no pós-guerra («A Renascença, nascida antes da guerra, correspondeu a uma época do mundo e a uma idade nossa que passou»), Jaime Cortesão assumirá papel relevante em toda a primeira fase da revista, como criador literário e como militante ideológico, tão capaz de propor caminhos de liberdade construtiva nas famosas «Cartas à Mocidade» como de arbitrar com «Soluções políticas» de síntese sucessivos «mal-entendidos» entre os discursos de outros seareiros (por exemplo, entre a prioridade proenciana da frente educativa e a prioridade ezequeliana da frente económica) ou de ser porta-voz do Grupo no lançamento ou no desenlace das sucessivas «experiências convergentes» (como em 1922 com o episódio do Grupo de Propaganda e Acção Republicana).

Mas o escritor Jaime Cortesão, além de publicar as *Memórias da Grande Guerra* (Porto, 1919) e a crónica de viagem *Itália Azul* (1921), continua presente como poeta n' *A Águia*, na *Atlântida*, na *Ilustração Portuguesa*. Não será forçado atribuir à sua peça *Adão e Eva* — com a encenação logo em 1921 e com os debates críticos que a sua configuração estética e as suas implicações mundividentes suscitam — o valor contextual de manifesto literário da emergente *Seara Nova*, no seu idealismo humanista enaltecido por Raul Proença (mas que, sintomaticamente, Almada Negreiros declarava «não interessar à sua geração»).

Sem a originária e persistente intervenção deste discípulo franciscano de Guyau e poeta lusíada da acção que foi Jaime Cortesão, o legado da *Seara Nova* não transmitiria o mesmo ideal de humanismo universalista sobre fundo de generoso patriotismo.

1.2. Raul Proença adere à Propaganda do republicanismo positivista nos seus verdes anos de atracção pelo Teófilo Braga do escol intelectual reunido no Grupo Republicano de Estudos Sociais. São anos de crónica jornalística no *Vanguarda* e também de produção lírica (poemas de «Elogio da vida», colectânea *Sinos* de 1907), tal como de adaptações teatrais e de parábolas políticas sob a forma de contos infantis, com aspectos que o aproximariam da corrente de neo-romantismo vitalista, de acordo aliás com episódica crítica literária já acerbamente antiesteticista. Mas cedo Raul Proença dissente de Teófilo e de outros doutrinadores republicanos ou de João de Barros e outros escritores da sua corrente, na medida em que se desintereza da apologia e transmissão da tradição nacional, bem como por preferir o «culto feiticista das personalidades» à «admiração raciocinada» pelos grandes homens no âmbito de uma pedagogia democrática.

Desde muito jovem, Raul Proença revela ímpar vocação de jornalista de opinião, assume uma visão ética do ensino como educação e dá a entrever a prioridade estratégica da transformação das elites — opções que integrará em peculiar projecto antropológico e existencial, depois desenvolvido por um pen-

samento dialéctico em libertação do juvenil ascendente do positivismo de Teófilo e, ao atingir a plena maturidade, em embate neo-romântico da «concepção heróica da vida» e do desejo (enquanto «tendência da própria vida a afirmar-se e a exceder-se») com o «utilitarismo egoísta» da filosofia moral de Epicuro, em ordem à confiança actuante na força espiritual do homem de elite e no seu poder de transformar a vida em experiência bela e justa. Lúcido apóstolo político influenciado pela Liga de Educação Nacional (1908) e seu desígnio de «criar uma nova Pátria, que possa um dia contribuir eficazmente para a civilização moderna», Raul Proença distingue-se porém proto-seareiramente por sobrepor ao mito redentor da alfabetização a urgência de um novo grupo dirigente com competência económica e elevação ético-cultural.

Não filiado na Maçonaria, Raul Proença assume logo de seguida a crítica implacável aos limites e erros, aos vícios e contradições do regime instaurado em 1910 (em periódicos e no panfleto *A Situação Política*, 1912), ao passo que se afirma inquebrantável lutador pela manutenção, regeneração e transformação da República demoliberal — de armas na mão, perante as tentativas de restauração monárquica e perante a ditadura de Pimenta de Castro, e com a arma da pena, desde o ensaio ao panfleto, passando pelos artigos, onde já os factos só interessam como motivação para expressar convicções profundas no plano ético-político e onde antecipa a concepção seareira do «homem de elite» na «aristocracia do génio criador, do talento fulgurante, do espírito, da beleza, da virtude, da tolerância e da justiça».

Através de artigos («Individualismo e estatismo», «Solidariedade») do Verão de 1910, Raul Proença lança na revista *Alma Nacional* os alicerces racionais de um ideário de individualismo solidarista, proto-seareiramente socialista e liberal — ciente de que só a transformação profunda da sociedade pode garantir o primado do indivíduo em termos de fecunda e justa realização na prática histórica. Também ele tão sensível a Guyau quanto à concepção heróica da vida e ao estilo aforismático e imagístico de Nietzsche (a cuja doutrina do Eterno Retorno dedicará extraordinária especulação filosófica, reagindo sobre-

tudo contra o subjacente determinismo mecanicista em nome do valor moral da liberdade humana), é justamente ao colaborar naquela revista de António José de Almeida que Proença melhor deixa entrever — nas demarcações perante os lugares-comuns da oratória humanitarista e insurreccional, perante o anticlericalismo sectário, perante o jacobinismo rousseauniano — as razões do próximo corte político com esse caudilho partidário, para prosseguir no seu *engagement* como republicano independente. Aí se manifesta o seu distanciamento dos este-reótipos ateístas do livre-pensamento estabelecido (com o ensaio «Movimento religioso contemporâneo» de 1911 nos *Serões* a confirmar o artigo «Nós somos religiosos» de 1910 na *Alma Nacional*), num trajecto com horizonte de espiritualismo ontológico e ético que prosseguirá nas páginas da *Seara Nova* («O problema religioso», 1922, e «Sobre a existência de Deus e a lealdade de consciência», 1925).

Na viragem de 1910 para 1911, a insólita reorientação filosófica de Raul Proença confirma-se, desde a ética à estética, nas páginas da 1.^a série d'*A Águia*, quer na resposta ao inquérito (de inspiração verhaereniana) «A Arte é social?», quer justamente na recensão à tese *Arte e Medicina* de Cortesão — livro em cuja prosa reconhece também as qualidades poéticas de Cortesão («É uma energia cósmica, um fogo anímico, uma alma em chamas...»), numa admiração que depois se estende da poesia lírica aos contos fantásticos de *Daquém e além Morte*. Nesses textos proencianos d'*A Águia*, encontramos já a denúncia do cientismo e da «grande ilusão do suficientismo da inteligência na compreensão da vida», a superação do dilema «arte social» ou «arte pela arte» pelo valor moral da experiência estética e a correlata superação do naturalismo artístico na busca de alternativa aos esteticismos decadentista e simbolista — com uma confiança nos dotes pessoais de interpretação literária, de orientação técnico-compositiva e de valoração estética que também manifestará em aconselhamento crítico da jovem Florbela Espanca.

No limiar da segunda década do século e do regime republicano, o seu texto malogradamente destinado em 1911 a manifesto programático da Renascença Portuguesa marcava um diferendo proto-seareiro em relação ao que no manifesto elabo-

rado por Pascoaes se traduzia em apelo ao renascimento de uma «alma lusitana», em repúdio das influências culturais estrangeiras, em anti-intelectualismo intuicionista e em mitogenesia da Saudade. Aliás, esse texto de Proença era porventura ainda mais assinalavelmente proto-seareiro por não reduzir o problema nacional à vertente educativa e por eleger o binómio, doravante recorrente, de «elite consciente» e «opinião pública esclarecida» como factor decisivo da visada revolução mental e social.

Consequentemente, as réplicas em 1912 ao depoimento de Júlio de Matos no «Inquérito Literário» conduzido por Boavida Portugal no diário *República* (e subscritas como «dissidente da Renascença») tanto dão testemunho público da ruptura com o cientismo e com o positivismo teofiliano, quanto exprimem as razões da dissidência em relação à hegemonia saudosista na Renascença Portuguesa; e, tendo vindo decerto o relacionamento com Sérgio temperar, em sentido de racionalismo crítico, os prováveis influxos de religiosidade provindos do relacionamento com Cortesão e Leonardo, Proença voltará a todas estas questões nas páginas da *Seara Nova*.

Em 1918-1919 está com António Sérgio na Liga de Acção Nacional e na sua revista *Pela Grei*. Com ele converge na convicção da incapacidade de auto-regulação partidária da crise do sistema demoliberal e numa teoria democrática das elites (antecipatória de Karl Mannheim); mas vê Sérgio, sempre propenso a advogar a «ditadura transitória», coarctar-lhe os arremessos anti-sidonistas. Sendo desde 1911 excelente funcionário da Biblioteca Nacional, aí se torna, após o colapso da República Nova, braço direito de Jaime Cortesão — como criativo e eficaz responsável da catalogação e como promotor das vertentes de autónoma produção editorial e de animação da vida cultural. Depressa inicia a preparação de uma monumental obra colectiva que, tendo começado a sair em 1924, ficará sempre associada na opinião pública ao grupo Seara Nova — o *Guia de Portugal*, concebido e realizado como eficiente e belo «Livro de Amor e Devoção a Portugal» — e que até ao fim, sem sofismar as eventuais afinidades da sua valorização identitária da língua, da literatura, da arte e dos costumes, com os

intuitos da tradição de nacionalismo cultural, fará questão de demarcar das obras ao serviço dos nacionalismos políticos de índole autoritária e deriva imperialista.

Na primeira fase da *Seara Nova*, caber-lhe-á o papel decisivo no combate doutrinário às ideias e correntes reaccionárias — em especial à Cruzada Nun'Álvares, depois ao Integralismo Lusitano e ao fascismo, sempre contra a «ilusão do patriotismo retrospectivo» e contra o culto dos heróis nacionais como estimulador das energias da grei, contra o «mito» da família tradicional e da pátria como agregado de famílias, contra o apelo ao imperialismo colonial, tal como contra a ilusão dos internacionalismos «caóticos» ou dos «pacifismos à Romain Rolland» ou da «ditadura revolucionária» defendida pelo anarquista Emílio Costa. Assim será também na segunda fase da *Seara Nova*, dando combate ao abstencionismo de intelectuais e escritores (em análise crítica da *Trahison des clercs* de Julien Benda) e às tentações bolchevistas.

Sem a inserção no percurso dramático desse paladino do poder heróico das ideias contra a força da inércia dos «factos» que foi Raul Proença, o projecto e a existência da *Seara Nova* não difundiriam o mesmo *ethos* de lealdade e frontalidade da inteligência operante.

1.3. Desde os finais do primeiro decénio de Novecentos, e em particular com o estudo *Notas sobre os «Sonetos» e as «Tendências Gerais da Filosofia» de Antero de Quental*, de 1909, António Sérgio revela uma vocação que o há-de tornar o principal ensaísta da primeira metade do século xx e indicia a orientação mental desse seu ensaísmo. Já então céptico em relação às virtualidades restantes do regime monárquico e às potencialidades da Propaganda republicana, logo A. Sérgio oporá ao jacobinismo afonsista do novo regime uma concepção de democracia de *self-government* orientado por elites do mérito (intelectual, moral, técnico, cívico) — antifonsismo e alternativa meritocrática que serão os denominadores comuns das tendências que coabitarão na *Seara Nova*.

Entre 1910 e 1911 estreita relações intelectuais e amicais com Jaime Cortesão e Raul Proença, que convida a colaborar

nos *Serões* (sob sua direcção literária a partir de Janeiro de 1911), à beira do intrincado processo de definição programática da Renascença Portuguesa — em que o europeísmo modernizante de Proença, Sérgio, Câmara Reys e outros do núcleo de Lisboa se choca com o nacionalismo neo-romântico de Pascoaes e seus discípulos. Colabora na 2.^a série d'*A Águia*, onde polemiza com Pascoaes, e n'*A Vida Portuguesa*, onde discute com Cortesão as causas da decadência nacional e a índole da nossa expansão imperial; e publica livros seus nas edições da Renascença Portuguesa, de que se torna todavia, como Proença, sócio colaborador distanciado.

Entretanto, embora ignorado pela declinante corrente vitalista e emancipalista como poeta capaz de revitalizar a sua dinâmica colectiva, António Sérgio vem a ser n'*A Águia* o esteio de uma linha de resistência poética à hegemonia saudosista e às adjacências lusitanistas. Começa com uma modesta pedagogia lírica, de ascendência anterioriana no seu idealismo ético («Nunca a alma o bem sepulta! / A ideia que hoje se oculta, / Sobe amanhã, vibra, exulta, / Ei-la que vai sem prisões! / É ela que vence o espaço / ...»). Mas a sua iniciativa lírica como que faz homeopatia na prossecução do regime de balada neo-romântica de ascendência finissecular, aparentada a António Patrício, com «Transfiguração — Nos jardins de Kew, Inverno», para afinal fortalecer as energias pugnazes da campanha de regeneração da grei pela adopção de uma racionalidade pragmática e pela consequente inserção na modernidade técnico-sociológica. Essa campanha tem, porém, de desenvolver-se num duplo plano, pois há-de combater também as fórmulas que escritores lusitanistas e saudosistas propunham como resgates da decadência nacional.

É esse duplo objectivo que visam os poemas ulteriores de António Sérgio — a dada altura subordinados ao título «Pela grei». Numa «Apostilha» à sequência de sonetos «Navegadores», o código óptico-grafemático é explorado para clarificar a carta cívica de marear por tempo de «Nevoeiros...» e «ar d'espectros...»: «Naveguem NO PRESENTE ao rumo do futuro!» Depois, já após ter encetado as suas «Epístolas aos saudosistas» e a polémica com Pascoaes, o poeta António Sérgio pre-

tende corrigir «Os que sonham», seus amigos da Renascença Portuguesa, e dardejia sobre o «saudoso jardim das ilusões» o projecto apolíneo e pragmático oriundo das *Odes Modernas* de Antero. A esse projecto de intervenção intelectualista, num tardo anteriorianismo imunizado contra inquietações metafísicas e prevenido contra oscilações afectivas, mas igualmente actuante «contra o positivismo dos vermelhos (jacobinos) e contra o positivismo dos azuis (maurrasianos)», devotar-se-á mais tarde António Sérgio com o tríptico de sonetos «Phoibos Apollon». Ao mesmo tempo, marinheiro luso de orientação antitradicionalista, canta «Pela Grei — No mar das Índias» ao arrepio de tudo quanto no horizonte de expectativas do leitor da época suscitariam esses títulos; e vai até à máxima eversão que constitui conjugar a penitência pelo passado imperial de Portugal com o enaltecimento do império mercantil britânico.

Depois, ao mesmo tempo que, com artigos de vária índole (cobrindo já, em verdade, toda a problemática de que se há-de ocupar na *Seara Nova*: ciência e pedagogia, economia e governança, crítica filosófica e literária...), colabora na *Atlântida* e permanece ensaísta assíduo n' *A Águia*, António Sérgio há-de retornar como poeta de intervenção sempre sob o genérico lema «Pela Grei». Com o soneto «Nas estrebarias de Augias», a sua campanha de racionalidade pragmática contra o visionarismo historicista e saudosista toma por pretexto o titanismo agónico de dois «Sonetos» que Augusto Casimiro acabara de publicar n' *A Águia*. Nas redondilhas de «Velando na noite», propõe-se ele mesmo como vate e mentor da emancipação antiobscurantista e construtivista. Em particular, o objector da historiosofia nacional oriunda de Oliveira Martins e da sua compreensão da estrutura mítica da «alma nacional» quer fazer da poesia denúncia dos malefícios sebastianistas nas consciências letárgicas, embaladas equivocadamente por bardos passadistas ou misteriosos.

Com este espírito dirige António Sérgio em 1918-1919, como órgão da Liga de Acção Nacional, a revista *Pela Grei*; ao seu manifesto junta dois artigos-ensaios no tríptico fundador de uma concepção alternativa de democracia (socializante, no sentido do trabalhismo de McDonald) e de uma consequente

estratégia de acção elitária e suprapartidária. Revista de estudos educativos e sociais (em que até Ezequiel de Campos é já o teórico de política económica), visando a análise da situação portuguesa e a sua reforma, a *Pela Grei* aparece-nos hoje como balão de ensaio da próxima *Seara Nova*. Nela e no primeiro volume de *Ensaio* (1920) temos já a fidelidade de António Sérgio à precedência da demopédia proudhoniana e da democracia política como governo da nação por elites naturais, criadoras e executoras da opinião pública esclarecida (com secundarização do regime institucional, monárquico ou republicano, em que tal se traduziria e legitimaria).

António Sérgio não poupa então o nacionalismo e o regionalismo, o tradicionalismo e o popularismo, o intuicionismo e o voluntarismo, as incoerências do imaginário e do vocabulário místicos ou da excentricidade do pensar e do exprimir — pendores afinal comuns às três correntes neo-românticas; e ao desmontar a aura de Junqueiro (por vezes com mais ímpeto de inunção racionalista e menos senso estético), António Sérgio tanto atinge *A Águia* como a *Atlântida*, tanto visa Pascoaes e seus discípulos como João de Barros e seus parciais.

Do alto do seu pensamento e da sua estética construtivistas, presumindo que desde 1913-1914, com a conferência *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares* (editada pela Renascença Portuguesa), dera origem a uma «corrente «universalista» ou «cosmopolita» nas actuais letras portuguesas», António Sérgio podia ainda admirar (ou ironizar) «o mimo, a graça, a delicadeza artística» da literatura coetânea, mas tinha de a vituperar por não transmitir «o significado vital da situação da grei» e por ser cada vez menos «produto da nação de agora». Sérgio distingue, sem dúvida, entre os neo-românticos que se ficam «no amor e no enternecimento das cousas antigas de Portugal — e ainda no das belezas da vida aldeã, das graças campestres da terra encantada, dos velhos escritos e dos velhos heróis...», nas «guloseimas da etnografia», nas «concupiscências do bricabraque» — e os que, mais profunda mas nebulosamente, desejam «a restauração da atitude estética na vida comum e quotidiana». Mas não deixa de proclamar que este louvável desígnio exigiria uma profunda reforma econó-

mico-social e educativa, e não se atinge, ao invés, num quimérico retorno ao viver pré-capitalista «pelas lindas elegias sobre a linda Inês, pelo folclore e pelo Gil Vicente».

Esta campanha cultural e cívica prossegue-a António Sérgio até ao final do primeiro quartel do século, retornando de quando em vez ao verso para a difusão artística das suas motivações, dos seus confrontos e dos seus desígnios. Curiosamente, é quando tal campanha passa por uma rara iniciativa de patriótica concórdia intelectual, contra os desmandos «da finança & dos partidos», que a demopédia lírica de António Sérgio se crispa, num empolado retoricismo de amarga denúncia da plutocracia e das venais mediocridades servis. De facto, na tão efémera revista *Homens Livres* — obra de integralistas e seareiros nos finais de 1923 —, António Sérgio surpreende de novo com o poema em jeito de ode «O tropel dos escravos», quase apocalíptico alerta dirigido «À livre Mocidade Académica de Lisboa».

Depois, ao longo de duas décadas será ainda sobretudo nas páginas da *Seara Nova* que Sérgio prosseguirá, em função das mudanças de contexto político-social e ideológico-cultural, o exemplo de como se fazia «mister no nosso país [...] uma muito enérgica impulsão no sentido da *inteligência*», na sua doutrinação no campo da pedagogia e em prol do cooperativismo, nos seus questionantes e instigantes ensaios sobre Camões, Antero e outra literatura portuguesa, etc.

Sem o ascendente desse voluntarista do ideal apolíneo e da demopédia antiprovinciana que foi António Sérgio, as páginas da *Seara Nova* não ministrariam o mesmo alto exemplo de paidéia crítica e de pagmático *sense of humour*.

2. Para reapreciação da revista *Seara Nova*, importa considerar que na génese da sua existência se afirma primeiro (1920-1921) um grupo de âmbito político que se assumirá (e assim se autodesignará em editoriais, manifestos, proclamações, cartas abertas, etc.) como «grupo [da] *Seara Nova*». É como órgão desse grupo que surge em Outubro de 1921 a «revista de doutrina e crítica» *Seara Nova*, com corpo directivo constituído por Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vascon-

celos, Ferreira de Macedo, Francisco António Correia, Jaime Cortesão, José de Azeredo Perdigão, Luís da Câmara Reis, Raul Brandão e Raul Proença.

Entre 1922 e 1926 esse agrupamento partilha com outros sectores do escol republicano e com outros quadrantes ideológico-culturais um diagnóstico severo em relação à carência de elites dirigentes, de um projecto cívico nacionalmente mobilizador, de um funcionamento regular e eficaz do sistema político. Por idênticas razões, partilha nesse período a miragem dos «governos de competências» ou «governos técnicos», em que o poder executivo fosse exercido com garantias de estabilidade e prerrogativas de força para aplicar como «ministério nacional» um programa de reformas estruturais.

A prática de uma crítica constante e implacável ao parlamentarismo partidocrático e à plutocracia da «República Velha» e a admissão, não de um sebastianismo político *manu militari*, mas de uma ditadura transitória com caução constitucional do respeito pelos direitos e garantias individuais dos cidadãos para aplicação de um programa de «unidade nacional», bem como aparentes similitudes de concepção organicista e intervencionista do Estado ou propostas de uma segunda Câmara de aconselhamento técnico do Parlamento e do Governo — o que Cerroni, Farelo Lopes e Villaverde Cabral estigmatizaram como «rendição do liberalismo seareiro» —, acarretaram à *Seara Nova* na sequência do 28 de Maio, e apesar de todas as advertências em sentido contrário (sobretudo em artigo de Proença em 1 de Março de 1924 e no ciclo de conferências antifascistas em Março de 1926, culminando na nota oficiosa de 30 de Maio de 1926), uma imputação amargamente irónica de responsabilidades no advento da nova ordem política. Porém, em congruência com a sua antecipada oposição a qualquer governo «com tendência a firmar um regime antiliberal e o predomínio de classe, e a não respeitar a liberdade de consciência sob todas as suas formas», a revista e os seus responsáveis lutaram denodadamente contra a Ditadura Militar e contra o subsequente regime salazarista — ao mesmo tempo que se opunham à alternativa comunista, como modelo de socialismo de Estado, classista e antidemocrático, inconfundível com a desejada alternativa de

socialismo liberal, de reformismo fundado na força da consciência moral e da livre cidadania.

Essa incómoda colocação de irridência — que sendo política é também cultural — não se confunde com a de outros periódicos «reviralhistas» dos anos 30 e 40, mais ou menos comprometidos ou colaborantes no ascenso da ideologia marxista e do neo-realismo estético-literário. De algum modo, antecipa a posição que nos anos 50 será a de grupos e revistas neomodernistas, nos anos 60 a de *O Tempo e o Modo*, nos anos 70 a de *Critério* e nos anos 70/80 a de *Raiz & Utopia*. Note-se, a esse propósito, que é fulcral em tal colocação seareira a posição que os seus mentores e os seus escritores assumem quanto à problemática que, muito significativamente, é posta em inquérito d'*A Águia* logo nos finais de 1910 — «A Arte é social?» — e reposta em 1963 noutro inquérito por *O Tempo e o Modo* — «A Arte deverá ter por fim a verdade prática?»

3. No opúsculo de apresentação pública em Maio de 1921, quase a par da primeira edição literária (a de *Adão e Eva*, de Jaime Cortesão), reafirma-se como objectivo axial a implantação bidireccional de uma elite consciente e mentora e de uma opinião pública esclarecida e exigente. Desde as declarações programáticas do n.º 1 da revista, fica claro que as motivações nucleares e os intuitos principais não são de ordem literária; e efectivamente a *Seara Nova* distinguir-se-á pela quantidade e pela qualidade de textos programáticos e de ensaios doutrinários, filosóficos e cívicos, de artigos e debates sobre questões de actualidade política, económica e educativa, etc. Além disso, sobre um fundo matizado de sensibilidade religiosa às mãos com uma tradição demoliberal de pensamento tendencialmente ateu ou inconfessadamente deísta, de vitalismo espiritualista e de simpatia agnóstica pelo cristianismo enquanto doutrina de amor e dignidade humana e de repúdio pela tradição cristã de sacrifício e «predestinação vingativa», a primeira *Seara Nova* não descarta o combate aos arracionalismos filosóficos, aos intuicionismos e voluntarismos, bem como às correlatas posições ideológicas e atitudes políticas, à controvérsia com Leonardo e discípulos (por exemplo, nas re-

petidas polémicas que Sant'Anna Dionísio provoca com suas apologias do valor filosófico da obra leonardina).

Suspensa desde Agosto de 1926, ao retomar a publicação em Abril de 1927 a revista dá conta das dificuldades de, no novo quadro de ditadura política e de censura à imprensa, prosseguir a missão cívico-cultural empreendida em 1921. Por outro lado, o exílio e a colaboração à distância dos três principais sustentáculos da revista — Cortesão, Proença, Sérgio — e de outros membros fundadores, como Aquilino Ribeiro, trazem acrescidas dificuldades à estabilidade de funcionamento, ao acerto de estratégia (entre o «espírito doutrinário e anterior» e a «combatividade dos *arditi*») e à coerência (ideológica, crítica, estética) de conteúdos, com Câmara Reys a assumir maiores responsabilidades e a ser alvo de contestações internas.

Sintomaticamente, consideram então os seus responsáveis do interior que o reforço extensivo da componente «literária» se torna imprescindível para compensar as dissuasões e os cortes censórios, num lance ambivalentemente significativo: por um lado, estamos perante os insuspeitados primórdios de um vector importantíssimo da vida cívica e cultural portuguesa nos decénios do Estado Novo, a saber, a forçosa transferência do debate ideológico e da militância ou subversão política para o espaço privilegiado das revistas e suplementos jornalísticos de letras, artes e ideias; por outro lado, embora assim se relance «The campaign of *Seara Nova* and its impact on Portuguese Literature» (Gerald Moser), estamos perante uma reconfiguração da revista que suscita avaliações díspares, as quais por seu turno também denunciam os controversos critérios e os equívocos do núcleo mentor sobre arte e axiologia literária. Por finais dos anos 20, à contraluz do «Para um evangelho de uma acção idealista no mundo real» que o livro ressonante de Benda motiva a Raul Proença, e decerto sob a óptica de «Literatura de ideias democráticas» (que será paradigmática na *História do Regime Republicano em Portugal*, editada por Luís de Montalvor), inquietavam-se uns com os riscos de nefelibatismo literário e pensavam outros, como Mário de Castro, que, sob responsabilidade de Câmara Reys e Manuel Mendes, a *Seara* se trans-

formava numa «revista de literatura de café e um coio de literatos sem sentimentos profundos, que desmentem a sua atitude viril e a sua humanidade».

Curiosamente, será a propósito de um artigo de crítico literário — «O conceito de revolução em Eça de Queirós», por um Castelo Branco Chaves transformado de discípulo de António Sardinha em discípulo de A. Sérgio — que se manifestará a evolução marxizante de José Rodrigues Miguéis e que se desenvolverá a sua dissidência filomarxista (com influência *pro tempore* sobre Mário de Castro e Manuel Mendes) em relação ao seu mestre Proença, à mera «religião do intelecto» e ao «reformismo idealista» dos três mentores originários da *Seara* (que em Outubro de 1930 subscrevem conjuntamente uma anterior *mise au point* sobre «A 'Seara Nova' e o conceito de revolução», antes de participações em tom diferenciado de Sérgio e de Câmara Reis na polémica subsequente com Miguéis e da crítica demolidora do regime soviético a que se entrega Proença), enfim aos métodos de intervenção dos «homens da *Semeteira*», em geral, e ao elitismo paternalista de Sérgio, em particular, que Miguéis ficcionaliza em empática caricatura no romance inacabado *Idealista no Mundo Real*.

Além do mais, esses embates com a dissidência de Miguéis e com o insofismável desafio bolchevista proporcionarão na viragem para os anos 30 uma evolução coerente de Sérgio e de Proença (convergente afinal com o que sempre fora o timbre de Cortesão) no sentido de «fazer na *Seara* uma pregação profundamente revolucionária — mas essencialmente espiritual, amorosa, cristã, franciscana», em que o tom, dizia Sérgio, poderia «com vantagem passar a ser mais religioso, mais filosófico, mais alto, mais *sub specie aeternitatis*, sem deixarmos por isso de tratar os problemas no concreto».

Passando a ter António Sérgio como director delegado desde Junho de 1934, o grupo fundacional da revista e seus mais próximos continuadores prosseguiram até 1939 com a sua campanha doutrinária e a sua intervenção política, agora mais translatamente cultural. Não sem renovados atritos de permeio, em Junho de 1939 Câmara Reis assume a direcção da *Seara Nova*, que nesse pós-II Guerra encontrou sempre — com a lite-

ratura de permeio — apreciáveis prossecuções em função das novas condições político-sociais e das novas prioridades de combate.

4. Sérgio considera a primeira *Seara Nova* «mais literária e mais variegada» do que a *Pela Grei*; mas desenvolve na revista a polémica sobre a Questão Sebástica, depressa conectável às dissecações do «Reino Cadaveroso» (exercício crítico de história cultural, mas também prática alegórica de intervenção ideológico-política), enquanto prefere remeter para a revista *Lusitânia* as resenções e os artigos de crítica literária... Por volta do n.º 26, já Sérgio se queixava a Proença de que havia excesso de literatura e politização a menos na *Seara Nova*...

É certo que querendo actuar como consciência moral da nação, conduzir a transformação mental das elites e a educação dos cidadãos, promover a revolução cívica e moral da democracia como secularização da originária mensagem cristã, a *Seara Nova* havia de evidenciar o primado da cultura na acção cívica e valorizar a literatura como catálise do movimento de opinião — mas sempre pensando-a como lata abrangência de «literatura artística» e «literatura de ideias», e tendendo muitas vezes a sobrevalorizar esta em detrimento daquela.

É certo que para a nota apelativa do seu variado conteúdo desde início contribuíram poemas e narrativas ficcionais, crónicas literárias e críticas de teatro, sobre que paira no entanto a axiologia estética conteudística e progressista de Sérgio e de Proença, com seus critérios heterotélicos de avaliação da «virilidade no pensamento e na expressão» — «poder de architectar tipos, ficções, símbolos, imagens que se imponham pelo seu arrojo, profundidade ou grandeza», mas com exigência de «organização, harmonia, concatenação mental, plano architectónico, sem o qual não há obra de arte perfeita». Daí a comum profilaxia da arte de «simples Sensação ou da Emoção puramente sentimental», tal como o comum ataque tanto à degradação do «talento verbal» do poeta do regime, Guerra Junqueiro, em «chochas logomaquias» de tolstoísmo de empréstimo, quanto às derivações, tidas por nefastamente esteticistas e amoralistas, da fidelidade dos modernistas à autonomia dos valores estéticos.

É certo que, regendo-se pelo espírito e tom neo-romântico da liminar profissão de fé proenciana — «Ao futuro» —, o grupo fundador era maioritariamente constituído por escritores e que depois, de Câmara Reis (1939) a Augusto Casimiro (1961), de Rogério Fernandes (1967) a Augusto Abelaira (1969), de Rodrigues Lapa (1973) a Manuel Gusmão (1975), caberá a escritores a direcção da revista. É certo que não é em vão que, além dos «saudosistas da acção» Jaime Cortesão e Augusto Casimiro (que entretanto ganhara nova notoriedade com os seus sucessos de narrativa de guerra, *Nas Trincheiras da Flandres*, 1919, e *Calvário da Flandres*, 1920), entre aqueles fundadores se contavam um Raul Brandão a retornar à dramaturgia de expressionismo social e a preparar, por entre o impressionismo das obras de «Notas e Paisagens», o impacto de visionarismo e exame de consciência de *A Morte do Palhaço* e o *Mistério da Árvore* e de *O Pobre de Pedir*, ou um Aquilino Ribeiro que confirma os seus vínculos à «patuleia liberal» enquanto publica no livro *Estrada de Santiago* a obra-prima picaresca «O Malhadinhas» e outras novelas congêneres dadas a conhecer no *Diário de Lisboa* e escreve nietzschianamente «com o sangue» o romance paródico e alegórico *Andam Faunos pelos Bosques* (1926) cuja temática e cujo imaginário resgatam dionisiacamente todas as quebras alheias do neo-romantismo vitalista e emancipalista.

É certo que a esses escritores se foram agregando ensaístas e professores de Literatura, como Hernâni Cidade (desde início), Agostinho da Silva (desde 1928), Rodrigues Lapa (desde 1931), etc., e outros escritores: logo depois, Afonso Duarte que, sem renegar suas origens saudosistas nem abdicar de sua participação na *Presença*, em verso e em prosa apura na *Seara Nova* a dicção antiacademista e o sentido do concreto e do protesto social; desde 1929, a Irene Lisboa/João Falco dos *Contarelos* (1926) e das impressões e meditações desoladas com a estreiteza provinciana do meio, e um José Rodrigues Miguéis que, antes da dostoevskiana *Páscoa Feliz*, prepara a análise e a sátira romanescas (*Escola do Paraíso*, *O Milagre segundo Salomé*) da movência pequeno-burguesa que em Lisboa gera a República e das condições em que esta entra em colapso — assim as-

sociando a *Seara Nova* a uma valência de ficção inconformista, paralela àquela com que Ferreira de Castro, desde a miscelânea ensaística e ficcional *Mas...* (1922) até às lendas de *A Epopeia do Trabalho* (1926), tentava então renovar, como conseguirá em *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930), o realismo social de inspiração anarco-sindicalista — ambos sustentando, eventualmente em zona circum-seareira (v. g., na 3.^a série da *Alma Nova*), uma comunicativa tensão de luta perante os prenúncios da nova novelística presencista de introspecção dos impulsos impremeditados, com uma narrativa só aparentemente confundível com a voga epocal de novelística populista de ambiente lisboeta (tipo Norberto de Araújo).

5. A dissidência em relação à deriva saudosista da Renascença Portuguesa e da sua dominante literária não chega a constituir a *Seara Nova* em plataforma de relançamento do neo-romantismo vitalista e emancipalista — embora para aí pudessem apontar o parecer liminar de Jaime Cortesão no sentido de que «Sob o ponto de vista literário, [...] muito pouco se deveria publicar na revista que não tivesse uma intenção franca e nitidamente social», tal como o tom de desassombrado e fremente protesto social que distinguem as colaborações literárias do Raul Brandão de «Sombras humildes», do Aquilino de «Crónica deselegante da minha aldeia» ou do Rodrigues Miguéis de «Noite infinita», e tal como o teor do lamento do crítico Hernâni Cidade que não se tolhia de destacar, no panorama da vida literária, «a muda indiferença em que deixam a lira de Apolo os ventos mais altos e fortes que sopram no nosso tempo, os ideais de solidariedade e justiça social».

No número inaugural da revista os seareiros prometiam ser «poetas militantes» tanto quanto «críticos militantes, economistas e pedagogos militantes» — o que se tornava mais credível por R. Proença e A. Sérgio não renegarem suas primícias líricas e atraírem à crítica literária Castelo Branco Chaves, Manuel Mendes e outros, enquanto, desde o n.º 4, Câmara Reys abre com «Guerra Junqueiro» a série de perfis literários de «Os quarenta imortais». Porém, se quase todos os fascículos da nova e logo importante revista inserem um ou mais poemas e regula-

res notas de leitura da produção literária, com particular atenção à lírica, nem essas notas obedecem a coerência de programa estético-literário ou a óptica crítica de corrente literária (aliás, logo na referida galeria de Câmara Reis assim se constatava no terceiro medalhão lisonjeiramente dedicado a Eugénio de Castro), nem àquela incorporação de textos literários parece presidir um nítido empenho de alinhamento estético (antes um pactuante espírito de repositório abrangente e de mitigada depuração moderna das heranças neo-românticas).

Raul Brandão vê ser envolvido no fervor de Augusto Casimiro, na camaradagem de Aquilino e na admiração reticente de Raul Proença o seu sonho de escrever a grande *jacquerie* rendedora; mas, em verdade, esse projecto delineou-se sempre mais próximo do irracionalismo visionário hegemónico n' *A Águia* do que do racionalismo crítico hegemónico na *Seara Nova*. É, sem dúvida, importante a integração de Raul Brandão entre os fundadores da *Seara* e a sua solidariedade com a dinâmica de combate reformista gerada em torno da revista — traduzida na valorização crítica conduzida por Câmara Reis, na colaboração persistente e diversificada (além do famoso apelo «Socorram os famintos russos!», excertos de *Memórias* e d' *Os Pescadores*, impressões sobre autores e livros, etc.) e no fascínio exercido pelo seu modo de figurar «o Espanto, a Caricatura, o Absurdo, o Desumano e o Desvario, mas também a Fraternidade e a Revolução Inverosímil imanente» sobre jovens autores, em especial José Rodrigues Miguéis e Vitorino Nemésio, José Gomes Ferreira e Manuel Mendes. No entanto, nem o *ethos* da nascente obra de Miguéis, nem o ascendente do construtivismo sergiano sobre os visores críticos da *Seara* se mostrarão propícios a condigna captação e irradiação do extraordinário expressionismo de Raul Brandão, nem os seus compromissos políticos lhes permitirão contrariar devidamente o presto empenhamento das hostes marxistas em reperspectivar a obra brandoniana como precursora do neo-realismo.

Quanto a Aquilino Ribeiro, cedo a sua colaboração na *Seara* deixa de ser assídua e, seduzido aliás o escritor pela escrita memorialista, pelas especulações antropológicas, pelos trabalhos eruditos, deixa de se concentrar na ficção narrativa, entretanto

veiculada por outras vias — o suplemento literário do magazine *ABC*, as páginas do recente *Diário de Lisboa* ou d'*O Século*, a colecção «Leitura de Hoje», etc. —, sem embargo de em 1935 ficar a dever valioso ensaio interpretativo ao principal crítico literário da revista, Castelo Branco Chaves.

Também o jovem Ferreira de Castro — o das tertúlias anarquistas alimentadas por colações leituras russas e brandonianas, o das insólitas reportagens de inquérito às vidas sub-humanas e o da «novela de tese» (desde a *Carne Faminta* de 1920) ou da «novela de hipóteses» (tão insuspeitadamente kafkiana como o título *A Metamorfose*) —, não prefere as páginas da primeira *Seara*, mas antes o lançamento das suas próprias revistas, desde *A Hora* até *Civilização*, a redacção de outros periódicos, desde *ABC* até *O Século* e à direcção temporária d'*O Diabo*, os programas editoriais desses periódicos (por exemplo, o romance *A Peregrina do Mundo Novo*, 1926) ou alternativos, como as Edições Spartacus de Campos Lima (onde saem em 1925 *Sendas do Lirismo e do Amor*), ou o lançamento autónomo das suas próprias colecções, como a «Hora Novelesca». Nem será pela *Seara* amadurecida aos diversos ventos dos anos 30 e 40 que passarão a progénie do «romance de intuitos» do Ferreira de Castro consagrado, os seus rasgos de antropologia literária por sucessivas perigeias e os raros lances de mitografia visionária da família de Pascoaes e de Raul Brandão (*maxime* no belo conto «O Senhor dos Navegantes», depois integrado no volume *A Missão*).

Já no que toca a José Rodrigues Miguéis e a Irene Lisboa, os seus vínculos à *Seara* e o contributo do seu «realismo ético» (Óscar Lopes) para o perfil e o influxo da revista são bem mais fortes — e através deles a *Seara Nova* trazia algo de novo à configuração das revistas de intervenção num campo cívico-cultural espartilhado entre as antinómicas ortodoxias do conservadorismo situacionista e do conspiracionismo marxista.

Miguéis constitui não só o mais relevante reforço estudantil da *Seara* e porta-voz juvenil da sua orientação cívico-cultural, mas também o autor que na coetânea ficção narrativa melhor tipifica a situação da criação literária não herdada pela *Seara*, mas nela emergente: uma arte literária de germinal autonomia, mas oscilante entre parentescos com a poética presencista — o

duplo estatuto de narrador e de protagonista atribuído a personagens irreduzíveis à «normalidade» ético-social, a óptica introspectiva da estruturação da narrativa, etc. — e parentescos com a poética neo-realista (e com o seu incôscio ou inconfessado lastro de herança do romantismo social oitocentista) — a relevância da problemática social na matéria diegética e na própria perspectiva do sujeito (protagonista e narrador). Essa situação é patente em *Páscoa Feliz* (1932) e em *Uma Aventura Inquietante* (saída por 1934-1936 em folhetins n' *O Diabo*, que na fase de direcção de Rodrigues Lapa não estava longe dos meridianos da *Seara Nova*), e reflectida no segundo lustro do anos 30 pela colaboração do escritor quer n' *O Diabo* quer na *Revista de Portugal*. Nessa situação, mais sintonizável com a *Seara* se torna a peculiar concepção de literatura assumida por Miguéis e a correspondente pragmática de cruzamento da necessidade de relação directa do autor com o leitor e da preocupação com a função pedagógica dessa relação. Ora, uma e outra fizeram caminho na maturação dos princípios e dos processos do jovem escritor por rotas afluentes às da *Seara*: por um lado, a vocação jornalística, cedo exercitada com crónicas do quotidiano no *República*, mas precisamente consolidada na *Seara Nova* e, note-se, na 3.^a série da revista *Alma Nova* que de certo modo a transforma, entre 1922 e 1925, em órgão do Núcleo de Ressurgimento Nacional, espécie de movimento juvenil seareiro, onde Miguéis ensaia a estratégia discursiva de superação das distâncias entre o criador artístico e o cidadão política e socialmente empenhado; por outro lado, Miguéis trabalha com Raul Brandão e Câmara Reis num projecto de «Leituras Primárias», bloqueado pelas autoridades governamentais, e traduz obras versando temáticas afins.

Apesar de algumas similitudes semântico-pragmáticas e de coincidências conjunturais na conflitualidade do campo literário (como o episódio marxizante da codirecção com Bento de Jesus Caraça do hebdomadário *O Globo* em 1932), Miguéis nunca ficará cativo da lógica do movimento neo-realista; e a razão principal será a da primazia da compreensão do individual, no próprio desígnio de conhecimento da dinâmica social, para que apontam aliás os «Tablóides» com que regressa à *Seara* nos finais de 1938.

Segundo um sistema de publicação congruente com a sua poética do efémero e do escasso, do fragmentário e da glosa, do banal quotidiano e da sua observação a partir de ângulos incomuns, Irene Lisboa afirma-se a figura de criação literária mais assídua e mais persistente da *Seara Nova* durante um quarto de século — entre 1929 e 1955, com especial evidência do alterónimo João Falco de 1935 a 1942 —, sem nunca ter conseguido ver uma atenção de largo público corresponder ao apreço que alguma crítica (de Casais Monteiro e Gaspar Simões a Mário Sacramento e Óscar Lopes) foi manifestando pela sua obra; e a própria representatividade em relação à componente literária da acção cívico-cultural seareira só hoje pode ser mais bem entendida à luz das recolhas antológicas e dos excelentes estudos realizados por Paula Morão. Na multiplicidade de tipos de escrita ilustrados pelos textos subscritos com vários nomes literários (Irene Lisboa, I. L., o João Falco da poesia e de alguma narrativa, a Maria Moira da crónica e da reportagem, além do Manuel Soares dos textos pedagógicos), e enquanto colabora também na *Presença* e, por outro lado, n' *O Diabo* e no *Sol Nascente*, conhece-se o fazer e refazer de toda a vida literária da escritora, o seu gosto de reconstituição ficcional dos universos da infância e da adolescência pela óptica da consciência adulta, a subjectivização de tempo e espaço, a provisoriedade das já de si fluidas opções genológicas adentro da preterição do romance em favor da narrativa breve (conto e «contarelo», novela e «noveleta», crónica e impressões de «Coisas Poucas», «notas», «folhas», «apontamentos»), a insólita contiguidade dos textos em forma versificada e as prosas coetâneas — enfim, a travessia dessas fronteiras precárias por uma muito seareira dimensão social de simpatia com as classes populares.

Num Vitorino Nemésio ou num José Gomes Ferreira, os periódicos cruzamentos de caminho com a *Seara Nova* e as intermitentes colaborações na revista apenas conotarão certos traços permanentes — do republicanismo moderado na genialidade de humor e sagesa religiosa do primeiro, da sensibilidade interventiva no coerente trajecto da poética da rebeldia do segundo (como *compagnon de route* do «novo humanismo» neo-

-realista, desde manifestações do «poeta militante» em 1933, 1934, etc., até à série de crónicas «O Espectáculo das Ruas» em 1946...). Já no caso do publicista e artista plástico Manuel Mendes estamos perante uma ligação iniciante, constante e com afinidades mais directas da sua prática impressionista da crítica, das monografias sobre os patronos oitocentistas do reformismo «estrangeirado» da *Seara* e da tardia manifestação em livro de uma literatura de imaginação mesclada de influxos presencistas e de intuitos estereotipadamente classificados como «populistas» (desde o meritório *Pedro — Romance de um Vagabundo*, 1954, aos três volumes de *Bairro*, 1945, 1958, 1961).

6. A dissidência de Proença e Sérgio na Renascença Portuguesa, que a dada altura converge com o distanciamento de Cortesão, não coincide com a de Fernando Pessoa (e seus companheiros proto-orfaicos). Situa-se apenas no plano do funcionamento institucional do campo literário e, mesmo aí, em consequência pragmática de razões predominantemente políticas — e não se fica a dever a demarcante diferendo estético com a poética neo-romântica hegemónica n' *A Águia*. Aliás, na sequência de pronunciamentos anteriores contra o formalismo e o cabotinismo literários, desde o início o visor crítico-literário da *Seara* é contrário às tendências modernistas e vanguardistas. Proença, a propósito da Cruzada Nun'Álvares, abomina os «vícios mentais» de que por junto sofreriam «os orfeístas, futuristas, integralistas, nacionalistas, saudosistas, que nesta terra ergueram o bárbaro pendão da frase vácuca e da confusão do espírito». Desde 1921, em defesa polémica do *Adão e Eva* de Cortesão, até 1925-1926 na *Seara Nova*, exalta-se em repulsa mental, moral e estética perante modernistas e vanguardistas (nomeadamente António Botto e António Ferro, pois Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e Almada são ignorados). Esse vezo seareiro agudiza-se em sucessivos episódios, desde que em 1927 certa crítica elogiosa de Manuel Mendes às *Olimpíadas* de António Botto, no n.º 107, suscita o ataque de Mário de Castro, com apoio da direcção, em nome do princípio de que a *Seara* «se propõe combater as *atitudes literárias*, que são o contrário das *atitudes vitais*» — n.ºs 109-110).

Não coube à *Seara*, como coube à *Presença* (e sobretudo ao Régio que, no entanto, em 1933 estampa na *Seara* a «Exortação ao meu Anjo» e enceta a sua prolongada série de «Cartas do nosso Tempo»), reconhecer e canonizar o Primeiro Modernismo — o que, sem embargo das razões circunstanciais, não deixa de ter valor sintomático no que toca à colocação cultural, de mentalidade e de sensibilidade. Indiciava quanto a indubitável abertura de espírito seareira ainda tinha muito de relançamento do programa anterior de modernização segundo os parâmetros da Europa transpirenaica... sem disponibilidade para assimilar a esse programa a oposição vanguardista de Almada Negreiros às ideias de «renascença» e de «regeneração» em nome da ideia de «construção», nem para transpor esse programa para o plano da contracultura modernista e do dissídio estético perante a modernidade sociológica do utilitarismo burguês.

Nem coube à *Seara*, como coube à *Presença*, protagonizar ou mesmo assumir, doutrinária e criativamente, o Segundo Modernismo, embora dele episodicamente participe, no plano da crítica e no plano de textos líricos e narrativos. No entanto, logo nas suas primeiras fases (1921-1926 e 1927-1939) a *Seara Nova* não se limita a chamar a si os escritores neo-românticos ainda produtivos segundo os seus cânones estético-literários entretanto desactualizados (Jaime Cortesão e Augusto Casimiro, João de Barros e Tomás da Fonseca, Mayer Garção e Câmara Reys, etc.), nem a acolher a maturação superior mas em breve malograda de António Patrício e Florbela Espanca. Pelo contrário, acalenta a evolução de escritores com primícias neo-românticas, para-modernista no caso de António de Sousa, para-neo-realista no caso de José Gomes Ferreira ou de Armindo Rodrigues; e chama a si também o bom potencial sincrético, depois com muito desigual actualização, de poetas como Américo Durão e Vitorino Nemésio. Além disso, acolhe os principais poetas do Segundo Modernismo, desde Régio até Carlos Queiroz, além de ensaios dos mentores da *Presença* — como os de João Gaspar Simões sobre a poesia modernista, os de Régio sobre a condição autónoma da arte literária (polemicamente defendida contra o jovem Álvaro

Cunhal), os de Casais Monteiro em aparente rota de convergência com o neo-realismo («Os problemas da arte são problemas da vida», n.º 635), como que a abrir caminho não só para a crítica de João Pedro de Andrade, mas também para a colaboração doutrinada de Mário Dionísio e de Rui Feijó e para a publicação de criações de todos os principais jovens escritores neo-realistas (subsequente à colaboração de cientistas e pensadores como Bento de Jesus Caraça, desde 1933, ou Abel Salazar, desde 1937, a breve trecho desembocando, é certo, em controvérsias e afrontamentos).

Pela sua predisposição para a disputa polémica, pela sua tão compósita configuração estética e pela tonalidade interventiva da sua criação literária (patente, por exemplo, na poesia lírica e dramática que, por vezes sob o pseudónimo de António Fróis, Jaime Cortesão volta a publicar pelos finais dos anos 30), a *Seara Nova* terá indirectamente estimulado e tonalizado certas dissidências de preocupação de testemunho social que abriram brecha na identificação entre movimento presencista e realização histórica do Segundo Modernismo — caso da *Manifesto* de Torga e Albano Nogueira; e, tendo promovido uma extensão coimbrã de acção cívico-doutrinária anti-integralista em torno de Mário de Castro, dado o envolvimento de Vitorino Nemésio e de Albano Nogueira nessa extensão, a *Seara* condicionou temática e formalmente o seu processo de integração no Segundo Modernismo e a sua modulada convergência na *Revista de Portugal* nemesiana (que ainda publica e comenta Proença).

É elucidativa a (des)fortuna crítica do papel histórico-literário da *Seara Nova* no panorama traçado para o século XX em 1942 pela *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* (direcção de Albino Forjaz de Sampaio). Embora elaborado por um antigo «renascente» e primeiro crítico literário da *Seara*, entretanto firmado no magistério universitário, esse quadro sinóptico e valorativo dos autores, das tendências e dos movimentos que haviam marcado as décadas precedentes, contempla revistas que vão d'A *Águia* aos *Cadernos de Poesia*, passando por *Orpheu*, *Centauro*, *Portugal Futurista* e *Presença*, mas nunca se refere à *Seara Nova*; quanto aos escritores que nela se tinham

destacado, são sem dúvida nomeados, mas nos traços peculiares da sua obra, focada *en passant*, não são considerados quaisquer vínculos seareiros. Finalmente, o seu autor, Hernâni Cidade, reserva para uma consentânea secção de «Literatura de ideias e crítica literária» o elogio de Raul Proença, pelas «suas raras capacidade e cultura filosóficas» e por «algumas das mais formosas descrições da paisagem portuguesa» inseridas no *Guia de Portugal*, e de António Sérgio, por ser «quem entre nós mais originalmente tem esclarecido problemas da história de factos e de ideias» e particularmente pelos seus «notáveis [...] estudos sobre Antero, Oliveira Martins e o lirismo de Camões».

Tal não deve fazer esquecer que, uma vez malogrados os desígnios políticos do envolvimento no MUD ou movimentações afins, e tendo voltado a privilegiar no mediato pós-guerra o campo cultural e os intuitos formativos (com regresso de Sérgio e dissidentes sergianos por 1947), de um modo ou de outro a *Seara Nova* acaba por acolher até meados dos anos 60 colaboração lírica, narrativa e dramática da maioria dos escritores portugueses significativos nesses decénios — além de periodicamente proceder a instigantes sondagens (como o «Inquérito ao Livro em Portugal» conduzido em 1944 por Irene Lisboa) e conceder oportuna atenção a literaturas estrangeiras (em números especiais sobre autores como Goethe ou movimentos como o surrealismo, em *dossiers* ou artigos e transcrições antológicas de poesia espanhola, literatura francesa contemporânea, romance nordestino brasileiro, teatro de Brecht, etc.).

III

1. São numerosos, e até sazonalmente intensos, os cruzamentos de colaboradores literários e de doutrinários, de diretorizes estéticas e de ponderações críticas, entre a *Seara Nova* e os jornais e revistas por onde germina e cresce a seara outra do «realismo crítico» e do neo-realismo literário, como *Altitude* e *Sol Nascente*, como *O Globo* e *Síntese*, como *O Diabo* e *Gládio*, como *Pensamento* e *Gleba* (até à madura *Vértice*). Mas são indistigáveis as diferenças entre a atmosfera intelectual, a ética

cívica, a axiologia cultural e a concepção de literatura militante que num e noutro lado prevalecem.

Aliás, além das incompatibilidades de pensamento depressa manifestadas nas polémicas de seareiros com Bento de Jesus Caraça ou Abel Salazar, a fidelidade da *Seara Nova* ao neo-iluminismo filtrado por idealismo anterior, ao humanismo liberal e ao socialismo democrático de matriz reformista (nos anos 20 conotado pelo trabalhismo britânico e nos anos 30 conotado pelo cooperativismo de Charles Gide) — vectores periodicamente enfatizados nos números especiais consagrados pela *Seara* a marcos da narrativa ideológico-cultural, como os 150 anos da Revolução Francesa e o cinquentenário da República portuguesa ou os 200 anos da publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* — foi, desde a passagem dos anos 30 aos anos 40, alvo de ataques cerrados por parte dos órgãos afectos ao materialismo dialéctico, ao «novo humanismo» marxista e ao compromisso bolchevista da criação cultural e da crítica — como os de que se encarregam Rodrigo Soares e A. Ramos de Almeida em 1940 n' *O Diabo*, ou Mário Dionísio (contra João Pedro de Andrade) por 1943, etc.

Em verdade, o devir do campo cultural português e, nele, da dinâmica do campo literário veio confirmar que, sendo irredutivelmente distinta a linhagem da *Seara Nova*, também a sua descendência de indefectível apego aos valores de livre cidadania e livre criatividade havia de traduzir-se — com *O Tempo e o Modo*, com *Critério*, com *Raiz & Utopia* — em tendências alternativas e revistas inacomodadas à antinomia arcaizante do tradicionalismo salazarista e do programa bolchevista.

2. No dealbar dos anos 60 a *Seara Nova* não estava em condições de proceder a eficaz actualização dos seus desígnios primordiais em coerente equação com o novo contexto português. Quem, em boa parte partindo de outros meridianos de formação e mundividência, assumirá o discurso profético que entãourgia — e que correspondia na circunstância (nacional e internacional) ao que fora a missão de denúncia e anúncio, de crítica e de proposta, da primeira *Seara* — para abrir às novas gerações portuguesas um «caminho cosmopolita, aberto, europeu,

assente na democracia», será o grupo da revista *O Tempo e o Modo* (1963-1969) e das congénitas edições com a chancela da Livraria Moraes (com que convergiram outras movimentações colectivas de católicos progressistas, como a Pragma — Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária, fundada em 1964). Aliás, na sequência do mal-estar manifestado por colaboradores «ideologicamente progressistas» mas esteticamente reaccionários perante as tendências e autores valorizados desde o número inaugural, a primeira crise interna quanto à orientação da revista decorre precisamente da associação das práticas habituais da *Seara Nova* ao «conformismo da esquerda bem pensante» (António Alçada Baptista)... e ultrapassa-se com a declaração em editorial de atitude positiva em relação ao histórico periódico de resistência e contestação — «revista por cujo passado (*O Tempo e o Modo*) tem o maior respeito e cujo presente aprecia».

Não se dilui o significado desse misto de afinidade e de distância, daí até ao número temático consagrado a António Sérgio, de razoável polifonia, mas de recepção decisivamente centrada no perturbante artigo de Eduardo Lourenço, «Sérgio como mito cultural», que tanto punha em causa a altivez intelectual e a demopédia elitária; e podemos tomar por *mise en abyme* da relação entre o legado seareiro e o inconformismo católico-progressista esta súpula que Guilherme d'Oliveira Martins retrospectivamente propõe para o intuito e o alcance d'*O Tempo e o Modo* naquele n.º 69-70:

Assumiui-se como o lugar que podia, contra ventos e marés, interrogar-se sobre uma encruzilhada de influências e de mitos. O número é um manual sobre a cultura política do tempo — sobre o tempo que passava e o que vinha e sobre a persistência cívica. António Sérgio permitira [...] abrir um novo capítulo da história portuguesa em 1958. E quando julgava que a sua influência tinha sido nula e o seu magistério tinha fr cassado abria espaço para uma nova geração, que, sem ter real consciência disso, lhe pegou no testemunho. [Martins, 2007.]

Mas é necessário ter presente quer o facto de o grupo hegemónico de católicos progressistas partilhar o projecto e as iniciativas com intelectuais políticos de outros quadrantes oposicionistas, quer o facto de a relação com a linhagem seareira se processar num contexto de outras hegemonias ideológico-culturais (que não parariam de se agitar no curso das sucessivas aberturas redactoriais da revista e sobretudo nos tempos maoistas e pós-Maio 68 da 2.^a série d'*O Tempo e o Modo*) como lembra um dos redactores esquerdistas, Vasco Pulido Valente, num texto cuja citação já antecipa muito do que haveria a assinalar aqui quanto à componente literária:

O regime e o PC, ou os seus companheiros de caminho, dominavam e fiscalizavam a opinião pública e a produção académica, ensaística e cultural que se publicava. *O Tempo e o Modo* recebeu e promoveu muitas vítimas deste arranjo, desde Vergílio Ferreira a Eduardo Lourenço, desde Agustina Bessa-Luís a Sophia de Mello Breyner, desde António-Pedro Vasconcelos a João César Monteiro. Tratámos Jorge de Sena como ninguém o tratou em vida e José Régio como ninguém o tratou depois.

Não é por acaso que as edições da Moraes arrancam, em colecção que logo integraria obras de filosofia e sociologia, de economia e política, de arte e literatura, com *O Personalismo* de Emmanuel Mounier: na viragem de uma geração «que rejeitava simultaneamente a ditadura, o velho republicanismo jacobino e o PC» (A. Alçada Baptista), o núcleo promotor vinha de sectores não-conformistas dos movimentos católicos em ruptura não apenas com o regime salazarista e com o que lhe pareciam os seus impasses perante o problema ultramarino e a evolução do Ocidente, mas também com a condição pré-conciliar do nosso catolicismo burguês e com o que lhe parecia conluio da Igreja com o regime autoritário e ainda com a inércia e a estreiteza provincianas das instituições intelectuais e dos costumes sociais; nesse movimento de ruptura tornara-se axial a reconversão da espiritualidade e do compromisso cristãos, que ditava a

busca de outros caminhos na companhia de outros mestres ou companheiros; e entre todos rompia o fascínio pelo pensar e pelo agir de Mounier e dos seus, pelo pensamento personalista cristão, pelo projecto de vida comunitária de «Muros Brancos» e pela acção do grupo da revista *Esprit* (então já dirigida por Jean-Marie Domenach). Vindos da experiência do jornal *Encontro*, órgão da JUC, este insólito «Círculo do Humanismo Cristão» — para usarmos o título de outra colecção famosa — haveria de se empenhar numa revista que, além de réplica portuguesa da *Esprit*, tentasse romper os bloqueios (políticos e religiosos, mentais e sociais, éticos e estéticos) que aquela predecessora francesa não tinha de enfrentar. *O Tempo e o Modo* foi, paradigmaticamente na sua 1.^a série, essa revista — ao longo dos seus por vezes alentados números e também nos seus «Cadernos» de tomo («O Casamento», «Deus o que é?», «Brasil»).

Não podia deixar de ter fortes consequências o facto de no núcleo fundacional predominarem escritores — A. Alçada Baptista e João Bénard da Costa, Pedro Tamen e Nuno Bragança, M. S. Lourenço e Cristovam Pavia — e de a ele continuamente se agregarem outros tantos poetas, ficcionistas e críticos literários — Ruy Belo e José Bento, Herberto Helder e António Ramos Rosa, Nuno Júdice e Manuel Gusmão, António Franco Alexandre e Almeida Faria, Vasco Miranda e Vítor Matos e Sá, José Blanc de Portugal e António Osório, etc., cruzando-se com os nomes fortes da refeitura do cânone referidos por Vasco Pulido Valente. Correlatamente, a secção que mais celeuma causa (e motiva mais debates no seio da Redacção) é justamente a de «Artes e Letras», apostada em subverter os cânones tanto do tradicionalismo artístico quanto do convencionalismo neo-realista. O primeiro número especial da revista (n.º 6, Junho de 1963) é consagrado estrategicamente à questão «A Arte deve ter por fim a verdade prática?», com artigos de Jorge de Sena e Eduardo Lourenço, de António Pedro e José-Augusto França, outros ainda, e depoimentos de muitos escritores a dissentirem das respostas favoráveis ao heterotelismo político-ideológico (Óscar Lopes, Mário Dionísio, Baptista-Bastos, Luiz Francisco Rebello, etc.) — em nome da autonomia dos valores estéticos e da sua conciliação com um livre exercício da cidadania.

Em articulação com os pontos de vista sobre artes plásticas e cinema, é toda uma cultura literária que se renova, nomeadamente pelo conhecimento, incomum em Portugal, das literaturas anglo-saxónicas; e, em diálogo com outras tendências da «literatura desenvolta» que Eduardo Lourenço põe em evidência, é toda uma nova forma de criação literária, de imaginação inteligente e irónica, que se abebera na revisitação do alto modernismo (de Eliot a Rilke, de Pessoa a Pound).

3. Em 1975-1976, quando sobre a debilitada e desfigurada *Seara Nova* se abatia o dirigismo comunista, o genuíno espírito que entre as Grandes Guerras presidira à sua intervenção é o grande avatar dessa tentativa de resistência de uma livre cultura cívica que foi a *Critério*, aonde sob a direcção de João Palma-Ferreira e Alexandre O'Neill até confluem páginas do histórico Sarmiento Pimentel (n.º 6) e nomes grados da tradição presenciista e existencialista e da intervenção surrealista com representantes da crítica liberal-socializante. Ao mesmo tempo, não é só a insurgência do espírito de livre cidadania e de livre criatividade cultural em simultâneo contra o autoritarismo obscurantista do regime salazarista e contra o dirigismo político cultural jadnovista e o imperialismo soviético (tão bem denunciados por um José Martins Garcia e por grandes nomes internacionais como V. Havel e Koestler) que aproxima a *Critério* do meridiano d'*O Tempo e o Modo*. É também idêntica estratégia de valorização de escritores desalinados da ortodoxia comunista — des-alistados uns, de quadrantes diferentes outros — e a quase coincidência nos nomes de criadores literários e ensaístas evidenciados através dos textos com que colaboram e através da valorização que recebem nas colunas de crítica literária (quase sempre a cargo de Hélder Godinho): Vergílio Ferreira e Jorge de Sena, Torga e Sophia, Cinatti e Agustina, Teresa Rita e Álvaro Guerra, Álvaro Manuel Machado e Jorge Listopad (e um surpreendente Orlando Ribeiro de poesia ecrástica).

A «Nota de abertura» do número inaugural constitui-se declaradamente numa invocação e glosa do manifesto fundacional da *Seara Nova*, considerando as asserções de 1921 «mais

actuais do que nunca» e declarando que os responsáveis da *Critério* se julgam «no dever de assumir a função nacional que naquele manifesto é apontada aos intelectuais portugueses, como parte integrante do povo». «Como os autores do manifesto da *Seara Nova* de 1921» é que, celebrando e explorando em formação política a queda do Estado Novo, mas enfrentando as novas frustrações da ansiada reedificação democrática de Portugal — «Lamento» liminarmente erguido pela poesia de Miguel Torga! — e as ameaças totalitárias do PREC esquerdista, os intelectuais e escritores da *Critério* reagem «contra o processo sistemático de desinformação, deseducação, infantilização e carneirização a que o povo português está a ser sujeito». Depois, lançando-se na realização algo heterogénea por oito números, a *Critério* — embora frisando não ser (ao invés da matricial *Seara...*) órgão de um «grupo» político, reforça a tonalização pelo legado seareiro: desde o n.º 2 (e depois nos n.ºs 4 e 6) a secção «Documento» publica textos históricos da resistência à Ditadura Militar e da primitiva actuação da Censura, com destaque para o artigo «No regime do aprendizado» de David Ferreira, primeiro da *Seara Nova* (30 de Junho de 1926) a ser proibido pela Censura, para manifestos e textos panfletários de Raul Proença e para o folheto de Julho de 1927 com a proclamação «Ao País» de Liga de Defesa da República; o Editorial doutrinário do n.º 3 procede a uma actualização dos parâmetros do socialismo liberal que prevalecera no legado seareiro, numa linha de fundamentação programática de construção social e criação cultural que Vitorino Magalhães Godinho exemplarmente introduzia no fascículo inaugural e que estudos seguintes (Silva Dias, Machado de Abreu, etc.) secundavam, com ressaibos daquele neo-iluminismo seareiro cuja iconoclastia histórica ainda era evocada na contundente arqueologia textual da secção «Portugal retrospectivo»; ensaios de Vergílio Ferreira no n.º 2 e de Carlos de Oliveira Coelho no n.º 8 resgatam a racionalidade operante de A. Sérgio, a sua ambiguidade e ironia, da intencionada desfocagem ou do injusto silenciamento — com um espírito de «literatura de ideias» que informava também, embora matizadamente, os escritos de Eduardo Lourenço, José Palla e Carmo e António José Saraiva; tributária da crítica

literária padronizada pela *Seara*, e às vezes invocando mesmo paladinos seus como Castelo Branco Chaves, mostram-se as incursões da *Critério* nessa área, pela mão de David Mourão-Ferreira, de J. Costa Miranda, de João Palma-Ferreira, etc.

4. Na Primavera de 1977, com Portugal a viver ainda muito sob o signo do rescaldo do PREC e a Europa ainda a incubar as grandes alterações geopolíticas (e a arrastar a assimilação acomodante dos abalos pós-Maio de 68), surge a revista que no título — *Raiz & Utopia* — queria declarar o intuito dialéctico de crítica da sociedade estabelecida e de projecto para o futuro — o que, podendo parecer mera reedição de lugar-comum programático, se dizia melhor na capa da revista — «Crítica e alternativas para uma civilização diferente» — e significava insatisfação com as formas entrevistadas de institucionalização da democracia (e com os estereótipos da vida social e cultural invejados às democracias ocidentais) e vontade de, contra o regime sociocultural de restrição do horizonte de consciência, antecipar «as grandes questões civilizacionais» das próximas décadas (que para os jovens dos anos 70 viria a confirmar-se serem o fim da Guerra Fria, a revolução tecnológica, a problemática ecológica e a questão de uma experiência biológica global no quadro de um desenvolvimento sustentado).

Nesta revista tão diferente no projecto constituinte que se dispõe a parar (n.ºs 17-18-19 em 1981) quando julga que está cumprida a missão de «proclamar uma nova atitude face à vida e à política» (como reivindicará em 1997 Helena Vaz da Silva, sua directora a partir do n.º 5), sente-se pulsar o desejo radical de alternativa — de autêntica e integral terceira via —, sente-se que essa radicalidade implica não só uma novidade de problemas — *v. g.*, «ambientalista *avant la lettre*» — enfrentados pelo «pensamento autónomo» a partir do retomado horizonte do personalismo (de novo a *Esprit*, entretanto evoluída, aparece como revista irmã, entre difusos sinais de religação às aventuras pós-conciliares dos «vencidos do catolicismo»), mas também uma deslocação dos seus recursos no sentido da imagi-

nação e uma deslocação dos seus fins no sentido de uma vivência outra de cultura existencial (e não de entronização de um sistema ideológico-cultural em detrimento de outros).

Se no plano da *polis* se pressupunha a recusa de enfeudamento quer ao modelo dirigista do socialismo de Estado, quer ao modelo economicista de mercado — vector saliente na feição de militância social com que a revista se apresenta —, o *ethos* do projecto vibrava mais fundo e visou efectivamente mais longe (sobretudo a partir do n.º 3-4 e do n.º 5-6). Como transparecia no manifesto fundacional (da autoria de António José Saraiva, José Baptista e Carlos Medeiros) e se corroborava no ensaio «A seta e o anel» que o primeiro publicava no n.º 2 da revista, *Raiz & Utopia* assumia o dissenso com o próprio paradigma epistemológico reinante e com os seus conceitos nucleares de «ciência» e «progresso», tal como ao longo da vida da revista predominará a recusa da lógica neo-estruturalista ou dos construtivismos mais ou menos deterministas; e esse ânimo de contestação de paradigma estendia-se a todas as dimensões da vida humana, desde os seus fundamentos ao quotidiano, segundo a motivação teleológica da aceção blochiana de utopia (não o que é impossível mas o que ainda não foi possível).

De acordo com um entendimento da cultura como processo lúcido e integrativo, crítico e libertador, de autoconsciencialização e de consciencialização das relações interpessoais, como n' *O Tempo e o Modo* voltam os debates, as grandes entrevistas e os *dossiers* de temática incómoda e concepção polivalente, com pensadores e escritores propensos a moverem-se em novas fronteiras, estrangeiros (Edgar Morin, Roger Garaudy, Ivan Illich, Sberberg, Castoriadis, M. Yourcenar, etc.) e nacionais (sobretudo o Eduardo Lourenço que, desde o retumbante ensaio «Psicanálise Mítica do Destino Português» no n.º 5-6 se torna tão influente na reorientação de *Raiz & Utopia* como o fora na 1.ª série de *O Tempo e o Modo*), enquanto uma nova geração traz à cena do debate e da escrita ainda e sempre «Educar em Portugal» (n.º 9-10) e «Pensar a democracia» (n.º 11-12), sim, mas sobretudo novas questões e novas hipóteses — desde o *dossier* «68-78, Maio e então?», elaborado por

João Fatela, até às formas emancipadas de afirmação e intervenção da mulher (com Teresa Santa Clara Gomes ou Miguel Serras Pereira) e à ponderação dos «novos filósofos» (com António Mega Ferreira), o regime prisional, ou sobre as rádios livres, a homossexualidade ou a psicanálise, os esoterismos e os radicalismos, etc.

A par do vislumbre de uma arte política de democracia cognitiva, a primacialidade da Beleza na arte de viver foi uma das convicções implícitas e explícitas de *Raiz & Utopia*. Por consequência, como lembrou Alberto Vaz da Silva, «a arte desde muito cedo constituiu um seu baluarte e os espaços consagrados à poesia, à literatura, às artes plásticas, à música, à arquitectura, ao cinema e ao teatro sempre lhe foram respiração». No plano literário sente-se ao mesmo tempo uma sequência do espírito de exigência estética e de ruptura, não só com as hipotecas ou os coletes-de-forças político-ideológicos, mas também com os academismos de todos os quadrantes que ditava o cânone e a interlocução de *O Tempo e o Modo* e de *Critério*, e um salto geracional para novos parâmetros de realização comunicacional — emblematicamente polarizado nos textos de «Para uma nova poesia portuguesa» e disseminado por tudo quanto na revista releva do entendimento e da experiência da poesia (da literatura, da arte, da cultura... da utopia) como conhecimento das relações. Volta a rectificadora atenção à poesia de língua inglesa; volta a demarcante valorização de Jorge de Sena e de Cinatti, de Vitorino Nemésio e de Agustina, mas agora também de Ruy Belo e Nuno Bragança; e o cânone mostra-se intencionadamente *in fieri*, através do papel decisivo de Joaquim Manuel Magalhães e João Miguel Fernandes Jorge e da presença de autores de diversa tarda modernidade como Luís Miguel Nava ou Alberto Pimenta.

Em verdade, a literatura mostra-se indispensável para *Raiz & Utopia* se realizar fecundamente como espaço, diria Joaquim Manuel Magalhães, «onde a turbulência das multiplicidades consegue o equilíbrio incómodo de uma simultaneidade: procurar os mecanismos da diferença, fomentar as hipóteses de mudança, pensar as alienações, dar voz aos que procuram uma respiração renovada»...

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, Teófilo, 1880, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional.
- BRUNO, Sampaio, 1902, *A Ideia de Deus*, Porto, Livraria Chardron, 418-443.
- COELHO, Adolfo, 1880, in Benigno Joaquim e Emídio Oliveira (dir.), *Portugal a Camões*, Porto, Imp. Int. de Ferreira de Brito & A. Monteiro.
- COELHO, Latino, 1880, *Panegírico de Luís de Camões Lido na Sessão Solemne da Academia Real das Ciências em 9 de Junho de 1880*, Lisboa, Tip. da Academia.
- CORTESÃO, Jaime, 1912, *A Águia*, n.º 10, Outubro.
- JUNQUEIRO, Guerra, 1924, *Horas de Luta*, Porto, Livraria Lello.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, 2007, *O Tempo e o Modo: Revista de Pensamento e Acção: Antologia*, apresentação, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ÍNDICE

I

LITERATURA E CIDADANIA

- Eduardo Lourenço** — Genealogia de uma ausência 9

II

A I REPÚBLICA

- Paula Morão** — As letras da República — Para um panorama 19
Fernando Guimarães — A Renascença Portuguesa 49

III

HOMENS DE LETRAS

- Helena Carvalhão Buescu** — Guerra Junqueiro: Profeta do passado 71
Maria João Reynaud — Raul Brandão: Entre dois fins-de-século 87
António Cândido Franco — Teixeira de Pascoaes — O outro modernismo 107
Serafina Martins — Aquilino Ribeiro e a razão das histórias 123
Rosa Maria Goulart — José Gomes Ferreira: Notícias da República 145
Teresa Martins Marques — O imaginário republicano em José Rodrigues Miguéis 163
Carlos Mendes de Sousa — Miguel Torga: *A habitação humana do terrestre* 189

Manuel Gusmão — Cidadania: Testemunho e participação. Uma poética do testemunho: «Descrição da Guerra em Guernica»	211
Fernando J. B. Martinho — Manuel Alegre: <i>A palavra, o gesto, a gesta</i>	227

IV

A SOCIEDADE E O CIDADÃO-ESCRITOR: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

José Carlos Seabra Pereira — Sementes, labutas e frutos de uma <i>Seara alodial</i>	247
Carlos Reis — O neo-realismo ou as limitações da cidadania	301
Isabel Pires de Lima — Como as mulheres disseram Revolução (o 25 de Abril na literatura de autoria feminina)	321
Oswaldo Manuel Silvestre — Humor e cidadania	335
Rosa Maria Martelo — A poesia como discurso indócil (alguns exemplos contemporâneos)	359

V

LITERATURA, CIDADANIA E MEMÓRIA DA CULTURA: O PASSADO E O PRESENTE

Clara Rocha — O memorialismo	375
Maria do Céu Guerra — Teatro e cidadania: Da casa do príncipe ao espaço público	397
Luís Mourão — Algumas imagens de Portugal na ficção do pós-25 de Abril	419